



Ofício n.º 017/2020/GABIN

Unaí, 18 de fevereiro de 2020.

Referência: Ofício nº 1/SACOM

DESPACHO

DOU CIÊNCIA

INCLUA-SE NO EXPEDIENTE

DUNTE SE A PC Nº2 19

EM 03 1 03 120 20

PRESIDENTE DA COMISSÃO

Senhor Presidente,

Com meu cordial abraço, em atendimento ao <u>Ofício em referência</u>, encaminho a prestação de contas da Prefeitura referente ao exercício de 2016, do ex-Prefeito Delvito Alves da Silva Filho.

Sendo o que se apresenta para o momento, despeço-me renovando protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Waldir Wilson Novais Pinto Filho Prefeito em Exercício

Ao Exmo. Senhor VEREADOR PAULO CÉSAR RODRIGUES Presidente da Câmara Municipal

CEP: 38.610-000 - Unaí-MG

Praça JK - Centro - Fone: (38) 3677-9610 - CEP 38610-000 - Unaí - Minas Gerais e-mail: gabinetepmu@prefeituraunai.mg.gov.br - site: www.prefeituraunai.mg.gov.br



MUNICÍPIO DE UNAÍ

Estado de Minas Gerais

CNPJ 18.125.161/0001-77

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

SICOM - PCA

FONTE DAS INFORMAÇÕES: https://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/#/public/balanco

EXERCÍCIO: 2016



Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas Atuais

Demostração Contábil: Consolidada

Município: 3170404 - Unaí





Exercício: 2016

Órgão: Município

Data e Hora de Geração: 18/02/2020 10:15:37

Imgressos Exercicio Autual			Balanço Financeiro	inanceiro		
Federagão 10,70,56,59,36 18,60,3,61,463 Despeta do Orçantentária (VI) Prof. 10,4,96,5,80,7,04 93,20,3,69,19 Recursos Ordinários 10,4,96,5,80,7,6 10,2,90,3,69,19 Recursos Ordinários 10,2,60,7,7,7,3,7,1 10,2,60,7,80,2,7,7,80 10,2,90,7,80,2,80,3,7,80 11,20,2,7,2,7,3,7,7,3,7,7,1 Recursos Vinculados à Baldedo a Social - RPPS 11,26,57,5,381,46 126,57,5,381,46 126,57,5881,46 126,57,5881,46 12	Ingressos		Exercício Anterior	Dispêndios	Exercício Atual	Exercício Anterior
104.965 807,04 93.2036.999 10 Recursos Ordinários 75.117,446.06 105.807.862,26 91.829.915,44 Recursos Vinculados 126.575.381.45 1-RPPS 32.295,29 37.635.512,25 Recursos Vinculados à Educação 42.788.635.78 1-RPPS 24.297.718,50 38.60,346.84 Recursos Vinculados à Assistência Social - RPPS 42.788.635.78 95.60.346,84 31.46.773,37 Recursos Vinculados à Assistência Social - RPPS 605.1746.10 1-RPPS 95.60.346,84 31.46.773,37 Recursos Vinculados à Assistência Social - RPPS 42.788.634.78 0.00 95.60.346,84 31.46.777,33 11.77.337,71 Recursos Vinculados à Assistência Social - RPPS 42.885.044.35 9.550.374,68 7.370.046,8 Recursos Vinculados à Precursos Origanentária 9.353.774.68 9.353.774,68 7.370.046,8 Transferências Financeiras Concedidas para Aportas de Recursos para o RPPS 9.353.774.68 0.00 0.00 Transferências Concedidas para Aportas de Recursos para o RPPS 24.78.76.98 Pagamentos Extraorgamentárias (VIII) 33.134.88.37 dos 8.330.814,88 24.78.56.94 Pagamentos Restituíveis e Valores V	Receita Orçamentária (I)	210.773.659,30	185.033.614,63	Despesa Orçamentária (VI)	201.692.809,51	207.365.788,50
105.807.882.26 91.829.915.44 Recursos Vinculados à Educação 126.57.361.45 Recursos Vinculados à Educação 127.532.74 Recursos Vinculados à Saúde 127.74 127.7337,71 Recursos Vinculados à Saúde 175.22.704,70 19.890.436,84 3.145.777 19.0046,48 Transferências Financeiras Concedidas (VII) 175.22.704,70 19.800.436,84 3.145.777 19.0046,48 Transferências Concedidas (VIII) 175.22.704,70 175.22.704,70 175.22.704,70 175.22.704,70 175.22.704,70 175.22.704,70 175.22.704,70 175.22.704,70 175.22.704,70 175.22.704,70 175.22.704,70 175.20.705,70 175.705,70 175.70	Recursos Ordinários	104.965.807,04	93.203.699,19	Recursos Ordinários	75.117.448,06	77.058.984,22
Recursos Vinculados à Educação 42.788.635,78 1-RPPS 24.297.718,50 29.979.80,08 Recursos Vinculados à Educação 60.619.749,10 1-RPPS 24.297.718,50 19.800,436,69 Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS 17.522.704,70 1-RPPS 24.297.718,50 19.800,436,69 Recursos Vinculados à Assistência Social - RPPS 17.522.704,70 1-RPPS 95.083.774,68 7.970.046,48 Transferências Financeiras Concedidas (VIII) 93.53.774,68 1-Recursos para o RPPS 7.970.046,48 Transferências Concedidas para Abortes de Recursos para o RPPS 9.353.774,68 1-Recursos para o RPPS 0.00 Transferências Concedidas Processados 9.353.774,68 1-Recursos para o RPPS 2.00,43.776,98 Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados 14.218.610,49 1-Recursos para o RPPS 2.00,00 1.42.25.65,38 Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados 14.218.610,49 1-Recursos para o RPPS 2.4.180.708,02 14.225.66,11 Depásitos Restituíveis e Valores Vinculados 25.083.733,48 1-Recursos para o RPPS 2.4.166.228,19 9.905.468,74 And a Equivalentes de Caixa 87.633.615,88 <td>Recursos Vinculados</td> <td>105.807.852,26</td> <td>91.829.915,44</td> <td>Recursos Vinculados</td> <td>126.575.361,45</td> <td>130.306.804,28</td>	Recursos Vinculados	105.807.852,26	91.829.915,44	Recursos Vinculados	126.575.361,45	130.306.804,28
1-RPPS 2.9.979.800.042 Recursos Vinculados à Saúde 60.619.749,10 1-RPPS 24.297.718,50 19.890.436.69 Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS 17.522.704,70 1-RPPS 952.688,51 1.177.337,71 Recursos Vinculados à Assistència Social - RPPS 17.522.704,70 1-RPPS 9.500.346,84 1.177.337,71 Recursos Vinculados à Assistència Social 4.985.044,35 Orgamentária 9.353.774,68 7.970.046,48 Transferências Enanceiras Concedidas para à Recução Orçamentária 9.353.774,68 Orgamentária 0.00 Transferências Concedidas para Aportas de Recursos para o RPPS 9.353.774,68 Orgamentária 0.00 Transferências Concedidas para Aportas de Recursos para o RPPS 9.353.774,68 Orgamentária 0.00 Transferências Concedidas para Aportas de Recursos para o RPPS 9.353.774,68 Orgamentária 0.00 Transferências Concedidas para Aportas de Recursos para o RPPS 9.353.74,68 Orgamenta 62.743.716,98 Pagamentos Extraorçamentários VIII) 14.218.610,49 Saria 4818,77 24.708.505,34 21.642.566,11 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 25.083.730,79	Recursos Vinculados à Educação	38.295.802,99	37.635.512,25	Recursos Vinculados à Educação	42.788.635,78	46.854.138,64
Page 12, 297, 718, 50 19,890,436, 69 Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS 17,522,704,70	Recursos Vinculados à Saúde	32.661.295,42	29.979.850,88	Recursos Vinculados à Saúde	60.619.749,10	52.162.497,85
952 688 51 1.177.337,71 Recursos Vinculados à Assistència Social 659.227,52 9600.346,84 3.146.777,34 Outras Destinações de Recursos 4.985.044,35 Orçamentária 9.353.774,68 7.970.046,48 Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária 9.353.774,68 Recursos para o RPPS 0,00 Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS 9.353.774,68 Recursos para o RPPS 27.200.026,24 6.27.43.716,98 Pagamentos Extraorçamentários (VIII) 9.353.774,68 Recursos para o RPPS 8.330.814,88 26.875.585,49 Pagamentos Extraorçamentários (VIII) 53.133.488,37 dos 0,00 0,00 Pagamentos Restos a Pagar Não Processados 1.428.610,49 s 24.180.708,02 14.225.565,38 Pagamentos Restos a Pagar Processados 1.428.610,49 s 24.786.581 0,00 Outros Pagamentos Extraorçamentários 25.083.730,79 s 7.4466.228,19 69.065.468,74 Saldo para o Exercício Seguinte (IX) 87.833.615,85 s 7.4466.228,19 69.065.468,74 Papositos Restituíveis e Valores Vinculados 9.000 <	Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	24.297.718,50	19.890.436,69	Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	17.522.704,70	13.461.411,22
9,600,346,84 3,146,777,91 Outras Destinações de Recursos 4,985,044,35 Orçamentária 9,353,774,68 7,970,046,48 Transferências Financeiras Concedidas (VIII) 9,353,774,68 Execução Orçamentária 0,00 Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária 9,353,774,68 Recursos para o RPPS 0,00 Transferências Concedidas para Abortes de Execução Orçamentária 0,00 Recursos para o RPPS 0,00 Transferências Concedidas para Abortes de Execução Orçamentária 0,00 dos 62,743,716,98 Pagamentos Extraorçamentários (VIII) 14,218,610,49 dos 24,180,708,02 14,225,565,38 Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados 14,218,610,49 s 24,708,503,34 21,642,566,11 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 25,083,730,79 o,00 0,00 Outros Pagamentos Extraorçamentários 87,633,615,85 o,00 0,00 Caixa e Equivalentes de Caixa 87,633,615,85 o,00 0,00 Caixa e Equivalentes de Caixa 87,633,615,85 o,00 0,00 Caixa e Equivalentes de Valores Vinculados o,00 0	Recursos Vinculados à Assistência Social	952.688,51	1.177.337,71	Recursos Vinculados à Assistência Social	659.227,52	1.068.262,00
Orgamentária 9.353.774,68 7.970.046,48 Transferências Concedidas para a Execução Orgamentária 9.353.774,68 7.970.046,48 Transferências Concedidas para a Execução Orgamentária 9.353.774,68 Recursos para o RPPS 0,00 Transferências Concedidas Independentes de Execução Orgamentária 0,00 Recursos para o RPPS 0,00 Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS 0,00 Recursos para o RPPS 62.743.716,98 Pagamentos Extraorgamentários (VIII) 53.133.488,37 dos 8.330.814,88 26.875.585,49 Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados 14.218.610,49 s 24.180.708,02 14.225.565,38 Pagamentos Extraorgamentários (VIII) 53.133.488,37 s 24.180.708,03 21.642.566,11 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 25.083.730,79 s 0,00 0 0 0 0 0 0 s 174.466.228,19 69.005.468,74 Saldo para o Exercício Seguinte (IX) 87.633.615,85 s 174.466.228,19 69.005.468,74 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 87.633.615,85	Outras Destinações de Recursos	9.600.346,84	3.146.777,91	Outras Destinações de Recursos	4.985.044,35	16.760.494,57
ga Orçamentária 9.353.774,68 Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária 9.353.774,68 sis de Execução Orçamentária 0.00 Transferências Concedidas para Aportes de Execução Orçamentária 0.00 de Recursos para o RPPS 0.00 Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS 0.00 ssados 8.330.814,88 26.875.865,49 Pagamentos Extraorçamentários (VIII) 53.133.488,37 ssados 24.180.708,02 14.225.565,38 Pagamentos de Restos a Pagar Processados 14.218.610,49 odos 24.708.503,34 21.642.566,11 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 25.083.730,79 os 0,00 Outros Pagamentos Extraorçamentários 87.633.615,85 87.633.615,85 dos 0,00 Outros Pagamentos Extraorçamentários 87.633.615,85 87.633.615,85 dos 0,00 Outros Pagamentos Extraorçamentários 87.633.615,85 87.633.615,85 dos 0,00 Outros Pagamentos Extraorçamentários 87.633.615,85 90.00 dos 0,00 Outros Pagamentos Extraorçamentários 87.633.615,85 90.00 do	Transferências Financeiras Recebidas (II)	9.353.774,68	7.970.046,48	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	9.353.774,68	7.970.046,48
sed Execução Orgamentária 0,00 Transferências Concedidas Independentes de Execução Orgamentária 0,00 de Recursos para o RPPS 0,00 Transferências Concedidas Independentes de Execução Orgamentários 0,00 sados 8.330.814,88 26.875.585,49 Pagamentos Extraorgamentários (VIII) 53.133.485,37 sados 24.180.708,02 14.225.565,38 Pagamentos de Restos a Pagar Processados 14.218.610,49 so 24.708,503,34 21.642.566,11 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 13.831.147,09 os 0,00 Outros Pagamentos Extraorgamentários 25.083.730,79 0.00 os 0,00 Outros Pagamentos Extraorgamentários 87.633.615,85 87.633.615,85 ados 0,00 Outros Pagamentos Extraorgamentários 87.633.615,85 87.633.615,85 ados 74.466.228,19 69.005,468,74 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 87.633.615,85	Transferências Recebidas para a Execução Orcamentária	9.353.774,68	7.970.046,48	\$1951TP.3.7	9.353.774,68	7.970.046,48
de Recursos para o RPPS 0,00 0,00 Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS 0,00 557.220.026,24 62.743.716,98 Pagamentos Extraorçamentários (VIII) 53.133.488,37 0,00 5sados 8.330.814,88 26.875,585,49 Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados 14.218.610,49 5s 24.180.708,02 14.225,565,38 Pagamentos de Restos a Pagar Processados 13.831.147,09 3s 24.708.503,34 21.642.566,11 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 25.083.730,79 3s 74.466.228,19 69.005,468,74 Saldo para o Exercício Seguinte (IX) 87.633.615,85 ados 74.466.228,19 69.005,468,74 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 87.633.615,85	Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	00'0	00'0		00'0	00'0
ssados 8.330.814,88 26.743.716,98 Pagamentos Extraorçamentários (VIII) 53.133.488,37 ssados 8.330.814,88 26.875.585,49 Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados 14.218.610,49 ssados 24.180.708,02 14.225.565,38 Pagamentos de Restos a Pagar Processados 13.831.147,09 sos 24.708.503,34 21.642.566,11 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 25.083.730,79 os 0,00 Outros Pagamentos Extraorçamentários 87.633.615,85 rdos 0,00 Caixa e Equivalentes de Caixa 87.633.615,85 rdos 74.466.228,19 69.005.468,74 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 87.633.615,85 rdos 74.466.228,19 69.005.468,74 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 0,00	Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	00'0	00'0		00'0	00'0
par Não Processados 8.330.814,88 26.875.585,49 Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados 14.218.610,49 par Processados 24.180.708,02 14.225.565,38 Pagamentos de Restos a Pagar Processados 13.831.147,09 raorçamentários 24.708.503,34 21.642.566,11 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 25.083.730,79 raorçamentários 0,00 Outros Pagamentos Extraorçamentários 0.00 0.00 raor (IV) 74.466.228,19 69.005,468,74 Saldo para o Exercício Seguinte (IX) 87.633.615,85 raixa 0,00 0,00 Caixa e Equivalentes de Caixa 87.633.615,85 raixa 0,00 Caixa e Equivalentes de Caixa 87.633.615,85 raixa 0,00 Caixa e Equivalentes de Caixa 87.633.615,85	Recebimentos Extraorçamentários (III)	57.220.026,24	62.743.716,98	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	53.133.488,37	34.950.783,66
par Processados 24.180.708,02 14.225.565,38 Pagamentos de Restos a Pagar Processados 13.831.147,09 falores Vinculados 24.708.503,34 21.642.566,11 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 25.083.730,79 raorçamentários 0,00 0,00 Outros Pagamentos Extraorçamentários 0,00 lor (IV) 74.466.228,19 69.005.468,74 Saldo para o Exercício Seguinte (IX) 87.633.615,85 Jaixa 0,00 0,00 Caixa e Equivalentes de Caixa 87.633.615,85 Jaixa 74.466.228,19 69.005.468,74 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 0.00 Jaixa 14.466.228,19 0.00 24.14.11 14.14.11	Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	8.330.814,88	26.875.585,49		14.218.610,49	6.512.756,48
rancgamentários 24.708.503,34 21.642.566,11 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 25.083.730,79 rancgamentários 0,00 0,00 Outros Pagamentos Extraorgamentários 0,00 0,00 rance 0,00 Caixa e Equivalentes de Caixa R7.633.615,85 87.633.615,85 rance Vinculados 74.466.228,19 69.005.468,74 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados R7.633.615,85 rance R7.633.615,85 R7.633.615,85 R7.633.615,85 R7.633.615,85	Inscrição de Restos a Pagar Processados	24.180.708,02	14.225.565,38		13.831.147,09	6.285.479,63
raorgamentários 0,00 0,00 Outros Pagamentos Extraorgamentários 0,00 74.466.228,19 69.005.468,74 Saldo para o Exercício Seguinte (IX) 87.633.615,85 circ (IV) 74.466.228,19 69.005.468,74 Saldo para o Exercício Seguinte (IX) 87.633.615,85 raixa 74.466.228,19 69.005.468,74 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 0.00 raixa 237.752.846,83 174.1 + VIII + IXI 351.813.688.41	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	24.708.503,34	21.642.566,11		25.083.730,79	22.152.547,55
lor (IV) 74.466.228,19 69.005.468,74 Saldo para o Exercício Seguinte (IX) 87.633.615,85 Saixa 0,00 0,00 Caixa e Equivalentes de Caixa 87.633.615,85 Allores Vinculados 74.466.228,19 69.005.468,74 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 0.00 Allores Vinculados 351.813.688.41 351.813.688.41 351.813.688.41	Outros Recebimentos Extraorçamentários	00'0	00'0		00'0	00'0
Caixa 0,00 0,00 Caixa e Equivalentes de Caixa 87.633.615,85 Allores Vinculados 74.466.228,19 69.005.468,74 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 0,00 Allores Vinculados 351.813.688.41 351.813.688.41	Saldo do Exercício Anterior (IV)	74.466.228,19	69.005.468,74	Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	87.633.615,85	74.466.228,19
/alores Vinculados 74.466.228,19 69.005.468,74 Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 0,00 351.813.688.41	Caixa e Equivalentes de Caixa	00'0			87.633.615,85	74.466.228,19
351.813.688.41	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	74.466.228,19	69.005.468,74		00'0	00'0
(x)	Total (V) = (I + II + III + IV)	351.813.688,41	324.752.846,83	324.752.846,83 Total (X) = (VI + VIII + VIII + IX)	351.813.688,41	324.752.846,83



ERECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Sistema Informaticado de Contra dos Municípios

Exercício: 2016

Órgão: Município

Data e Hora de Geração: 18/02/2020 10:13:37

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 4ª Cfm - 4ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Noroeste

Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas Atuais

Demostração Contábil: Consolidada

Município: 3170404 - Unaí

Balanç	Balanço Orçamentário - Receitas	Receitas		
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial (A)	Previsão Atualizada (B)	Receitas Realizadas (C)	Saldo (D=C-B)
Receitas Correntes (I)	197.351.000,00	197.351.000,00	202.582.880,79	5.231.880,79
Receita Tributária	29.969.000,00	29.969.000,00	30.267.715,53	298.715,53
Receita de Contribuições	18.352.000,00	18.352.000,00	16.765.871,19	(1.586.128,81)
Receita Patrimonial	8.289.000,00	8.289.000,00	11.945.203,72	3.656.203,72
Receita Agropecuária	00'0	00'0	00'0	00'0
Receita Industrial	0,00	00'0	00'0	00'0
Receita de Serviços	13.991.000,00	13.991.000,00	16.387.731,77	2.396.731,77
Transferências Correntes	122.342.000,00	122.342.000,00	123.960.838,55	1.618.838,55
Outras Receitas Correntes	4.408.000,00	4.408.000,00	3.255.520,03	(1.152.479,97)
Receitas Capital (II)	35.473.000,00	35.473.000,00	5.953.923,27	(29.519.076,73)
Operações de Crédito	00'0	00'0	00'0	00'0
Alienação de Bens	945.000,00	945.000,00	00'0	(945.000,00)
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	00'0	00'0
Transferências de Capital	34.528.000,00	34.528.000,00	5.953.923,27	(28.574.076,73)
Outras Receitas de Capital	00'0	0,00	00'0	00'0
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)	0,00	0,00	00'0	00'0
Subtotal das Receitas (IV) = (I + II + III)	232.824.000,00	232.824.000,00	208.536.804,06	(24.287.195,94)
Operações de crédito/Refinanciamento (V)	00'0	0,00	2.236.855,24	2.236.855,24
Operações de Crédito Internas	00'0	00'0	2.236.855,24	2.236.855,24

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o confeúdo transmitido nas remessas efetucados pelos jurisdicionados e não cantém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.

Mobiliária	00'0	00'0	00'0	00'0
Contratual	00'0	00'0	2.236.855,24	2.236.855,24
Operações de Crédito Externas	00'0	00'0	00'0	00'0
Mobiliária	00'0	00'0	00'0	00'0
Contratual	00'0	00'0	00'0	00'0
Subtotal com Refinanciamento (VI) = (IV + V)	232.824.000,00	232.824.000,00	210.773.659,30	(22.050.340,70)
Déficit (VII)	00'0	3.955.000,00	00'0	(3.955.000,00)
Total (VIII) = (VI + VII)	232.824.000,00	236.779.000,00	210.773.659,30	(26.005.340,70)
Saldos de Exercícios Anteriores (utilizados para créditos adicionais)		00'0	3.955.000,00	
Superávit Financeiro		00'0	3.955.000,00	
Reabertura de créditos adicionais		00'0	00'0	

Os dodos apresentados neste relatório refletem fielmente o confeúdo transmitido nas emessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquar juízas de valor expedidos pelo ICEMG.

en.





Demostração Contábil: Consolidada

Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas Atuais

Exercício: 2016

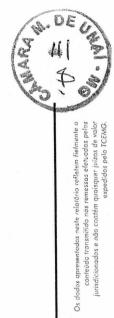
Órgão: Município

Data e Hora de Geração: 18/02/2020 10:14:26

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 4ª Cfm - 4ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Noroeste

Despesas Orçamentárias Dotação Inicial Despesas Correntes (I) 176.919.384,00 Pessoal e Encargos Sociais 121.534.464,68 Juros e Encargos da Dívida 592.000,00 Outras Despesas Correntes 54.792.919,32 Despesas de Capital (II) 48.154.600,00 Investimentos 47.241.595,00 Inversões Financeiras 913.005,00 Amortização da Dívida 0,00 Reserva de Contingência (III) 1.262.191,00	00 , 89, 89	Dotação Atualizada (F)	Despesas Empenhadas (G)	Despesas Liquidadas	Depesas Pagas (I)	Saldo da Dotação
ociais 176. Vivida 54. entes 54. a 48. a 31.	9.384,00 4.464,68		/-\	(1)		* (0 - 1) - (0)
ciais 121. vida ntes 54. 48. 47.	4.464,68	193.387.857,91	187.929.576,34	184.633.961,42	160.704.322,40	5.458.281,57
vida 54.	00 000 0	134.661.447,78	132.332.716,41	132.330.632,66	115.472.727,77	2.328.731,37
148. 47. 47. 47. 47. 47. 47.	2.000,00	824.455,66	820.677,75	820.677,75	820.677,75	3.777,91
47.	2.919,32	57.901.954,47	54.776.182,18	51.482.651,01	44.410.916,88	3.125.772,29
47.	4.600,00	36.363.496,12	10.583.901,70	5.548.701,74	5.297.632,74	25.779.594,42
	1.595,00	36.298.491,12	10.518.901,70	5.483.701,74	5.232.632,74	25.779.589,42
	913.005,00	65.005,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	5,00
	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0
の一般の一般の一般の一般の一般の一般の一般の一般の一般の一般の一般の一般の一般の	1.262.191,00	00'0	000	00'0	00'0	00'0
Reserva do RPPS (IV) 4.507.83	7.825,00	3.827.825,00	00'0	00'0	00'0	3.827.825,00
Subtotal das Despesas (V) = (I + II + IV) 230.844.000,00	4.000,00	233.579.179,03	198.513.478,04	190.182.663,16	166.001.955,14	35.065.700,99
Amortização da Dívida / Refinanciamento (VI)	1.980.000,00	3.199.820,97	3.179.331,47	3.179.331,47	3.179.331,47	20.489,50
Amortização da Dívida Interna	1.980.000,00	3.199.820,97	3.179.331,47	3.179.331,47	3.179.331,47	20.489,50
Dívida Mobiliária Internas	00'0	00'0	00'0	00'0	0,00	0,00
Outras Dívidas Internas 1.980.00	1.980.000,00	3.199.820,97	3.179.331,47	3.179.331,47	3.179.331,47	20.489,50
Amortização da Dívida Externa	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0
Dívida Mobiliária Externas	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	0,00
Outras Dívidas Externas	00'0	00'0	00'0	00'0	0,00	00'0
Subtotal com Refinanciamento (VIII) = (V+ VI) 232.824.000,00	24.000,00	236.779.000,00	201.692.809,51	193,361,994,63	169.181.286,61	35.086.190,49

Os dodos apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nos remessas efertodos pelos jurisdicionados e não contém queisquer fieras de valor jurisdicionados e não contém queisquer fieras de valor expedições pelo TCEMO.









Demostração Contábil: Consolidada

Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas Atuais

Exercício: 2016

Órgão: Município

Data e Hora de Geração: 18/02/2020 10:14:53

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 4ª Cfm - 4ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Noroeste

	Balanço Orçame	Balanço Orçamentário - Restos a Pagar Não Processados	agar Não Proc	essados		
	=	Inscritos				
Restos a Pagar Não Processados	Em Exercicios Anteriores (A)	Em 31 de Dezembro do Exercício anterior (B)	Liquidados (C)	Pagos (D)	Cancelados (E)	Saldo (A+B-D-E)
Despesas Correntes	1.787.051,78	4.657.811,64	3.914.605,81	3.901.745,26	1.208.554,62	1.334.563,54
Pessoal e Encargos Sociais	11.603,13	00'0	100,00	100,00	179,86	11.323,27
Juros e Encargos da Dívida	55.258,68	00'0	00'0	00'0	00'0	55.258,68
Outras Despesas Correntes	1.720.189,97	4.657.811,64	3.914.505,81	3.901.645,26	1.208.374,76	1.267.981,59
Despesas de Capital	2.763.211,13	22.217.773,85	10.603,450,51	10.316.865,23	105.662,09	14.558.457,66
Investimentos	2.743.190,59	22.217.773,85	10.603.450,51	10.316.865,23	105.662,09	14.538.437,12
Inversões Financeiras	0,00	00'0	00'0	00,00	00'0	0,00
Amortização da Dívida	20.020,54	00'0	00'0	00'0	00'0	20.020,54
Total	4.550.262,91	26.875.585,49	14.518.056,32	14.218.610,49	1.314.216,71	15.893.021,20



Os dodos apresentadas neste relatório refletem felmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juizos de valor expedidos pelo TCEMG.

Os dodos apresentados neste relatório refletem fielmente o confeúdo fransmitido nos remessos efeitudos pelos jurisdicionados e não contêm ausquer jurisdicionados e não contêm aspedidos pelo TCEMO.



Município: 3170404 - Unaí

Demostração Contábil: Consolidada

Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas Atuais

Órgão: Município

Exercício: 2016

Data e Hora de Geração: 18/02/2020 10:15:17

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 4ª Cfm - 4ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Noroeste

Balanço Orçamentário		Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	ão Processados	s Liquidados	
	삡	Inscritos			
Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados	Em Exercicios Anteriores (A)	Em 31 de Dezembro do Exercício anterior (B)	Pagos (C)	Cancelados (D)	Saldo (A+B-C-D)
Despesas Correntes	260.145,53	13.098.528,42	12.868.245,41	276.963,28	213.465,26
Pessoal e Encargos Sociais	11.874,58	6.339.893,48	6.336.743,32	2.929,87	12.094,87
Juros e Encargos da Dívida	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0
Outras Despesas Correntes	248.270,95	6.758.634,94	6.531.502,09	274.033,41	201.370,39
Despesas de Capital	31.091,90	1.127.036,96	962.901,68	192.618,66	2.608,52
Investimentos	31.091,90	1.127.036,96	962.901,68	192.618,66	2.608,52
Inversões Financeiras	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0
Amortização da Dívida	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0
Total	291,237,43	14.225.565,38	13.831.147,09	469,581,94	216.073,78

Página 1/1





Demostração Contábil: Consolidada

Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas Atuais

Data e Hora de Geração: 18/02/2020 10:16:02

Órgão: Município Exercício: 2016

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 4ª Cfm - 4ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios , Região de Planejamento: Noroeste

		Balanço Pa	nço Patrimonial			
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo e Patrimônio Líquido	Exercício Atual	Exercício Anterior	
1 de 14	137.119.213,99	121.769.067,47	121.769.067,47 Passivo Circulante	46.310.959,21	27.962.988,10	
	30.035.315,93	23.799.253,32	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	18.133.292,27	7.200.588,08	
	22.501.323,59	23.378.207,22	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	00'0	00'0	*
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	57.598.307,68	50.397.744,66	Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	7.237.269,84	7.329.825,60	
	26.984.266,79	24.193.862,27	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	00'0	00'0	
	00'0	00'0	Obrigações de Repartições a Outros Entes	00'0	00'0	
			Provisões a curto prazo	19.206.205,91	11.973.644,96	
			Demais Obrigações a Curto Prazo	1.734.191,19	1.458.929,46	
	366.960.891,14	257.365.185,50	257.365.185,50 Passivo Não Circulante	199.835.656,12	264.008.560,52	
	65.410.599,37	158.606.994,98	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	00'0	00'0	
	65.410.599,37	158.606.994,98	Empréstimos e financiamentos a longo prazo	22.314.553,25	17.146.871,00	
Investimentos Temporários a Longo Prazo	00'0	00'0	Fornecedores e contas a pagar a longo prazo	00'0	00'0	
	00'0	00'0	Obrigações fiscais a longo prazo	00'0	0,00	
	00'0	00'0	Provisões a longo prazo	177.521.102,87	246.861.689,52	
	00'0	00'0	Demais obrigações a longo prazo	00'0	0,00	AARAS
	301.550.291,77	98.758.190,52	Resultado diferido	00'0	0,00	
	00'0	00'0				
			Patrimônio Líquido	257.933.489,80	87.162.704,35	Var.

Os dodos apresentados neste relatório refletem fielmente o confeúdo transmitido nos renessas e efetodades pelos jursalicionados e não contém quoisque; juizsa de valor prostáricionados e não contém quoisque; juizsa de valor prostáricionados pelo TCEMG.

Página 1/2

379.134.252,97	504.080.105,13	379.134.252,97 Total Passivo e Patrimônio Liquido	504.080.105,13	Total do Ativo
00'0	00'0	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		
91.411.363,30	87.162.704,35	Resultados acumulados de exercícios anteriores		
(4.248.658,95)	170.770.785,45	Resultado do exercício		
00'0	00'0	Demais Reservas		
00'0	00'0	Reservas de Lucros		
00'0	00'0	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
00'0	00'0	Reservas de Capital		
00'0	00'0	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
00'0	00,00	Patrimônio Social e Capital Social		

Os dodos apresentados neste relatório refletem fielmente a confesido transmitido nos remessas efetuadas pelas jurisdicionados e não contêm quaisquer juitos de valor expedidos pelo TCEMG.





Demostração Contábil: Consolidada

Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas Atuais

Data e Hora de Geração: 18/02/2020 10:16:26

Órgão: Município Exercício: 2016

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 4ª Cfm - 4ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Noroeste

Quadro dos Ativos e Pa	Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	ermanentes
Títulos	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo (I)	504.080.097,37	379.134.245,21
Ativo Financeiro	110.134.939,44	97.575.197,44
Ativo Permanente	393.945.157,93	281.559.047,77
Passivo (II)	270.147.198,51	323.260.968,47
Passivo Financeiro	51.105.336,48	47.278.762,99
Passivo Permanente	219.041.862,03	275.982.205,48
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	233,932.898,86	55.873.276,74

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contêm quisquer juízos de valor expedidos pelo TCEMG.





Demostração Contábil: Consolidada

Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas Atuais

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 4ª Cfm - 4ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Noroeste

Exercício: 2016

IRBUNUL DE CONIAS DO ESTADO DE MINUS GIRANS

Órgão: Município

Data e Hora de Geração: 18/02/2020 10:16:46

	Qua	dro das Contas	Quadro das Contas de Compensação		
Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual	Exercício Anterior	Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual	Exercício Anterior
Garantias e Contragarantias Recebidas	00'0		0,00 Garantias e Contragarantias Concedidas	00'0	00'0
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	00'0		0,00 Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	00'0	00'0
Direitos Contratuais	00'0		0,00 Obrigações Contratuais	46.222.827,69	24.545.677,09
Outros Atos Potenciais do Ativo	00'0		0,00 Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	00,00
Total	000		0,00 Total	46.222.827,69	24.545.677,09







Demostração Contábil: Consolidada

Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas Atuais

Exercício: 2016

Órgão: Município

Data e Hora de Geração: 18/02/2020 10:17:06

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 4ª Cfm - 4ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Noroeste

Contraction Fontes de Recursos Fenericio Atual Exercicio Atual Exercicio Atual Exercicio Atual Antacion 00 - Recursos Ordinários 00 - Recursos Ordinários 33.609-501,33 7.726,11 7.	Quadro do Superávit / Déficit Financeiro		
éncias de Impostos Vinculados à Educação (4.852.103,24) (2 éncias de Impostos Vinculados à Saúde (43.070,931,88) (19 éncias de Impostos Vinculados à Saúde (7.986,693,07) 7 o de Previdência Social (RPPS): Patronal, dos Servidores, Compensação Financeira (7.986,693,07) 7 nínio Econômico (CIDE) (148.357,99) (148.357,99) (148.357,99) riços de Iluminação Pública (COSIP) (529,853,74) (659,853,74) (659,853,74) pilcação na Remuneração dos Profissionals do Magistério em Efetivo Exercicio na Educação Básica (13.550,637,64) (651,46.177,20) (7 lados à Saúde Assistência Social (61,46.177,20) (7 952,457,74 lados à Assistência Social (61,48,5) 52,163,24 52,163,24 DE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escolar (PNAE) 62,163,24 65,146,177,20) (6,349,40) DE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) (109,314,96) (109,314,96) do FNDE (109,314,96) (119,39,767,74)	Fontes de Recursos	Exercício Atual	Exercício Anterior
éncias de Impostos Vinculados à Educação (4.852.103.24) (2.00 éncias de Impostos Vinculados à Saúde (4.852.103.24) (19.56 o de Previdência Social (RPPS): Patronal, dos Servidores, Compensação Financeira (77.986.683,07) 77.8 nínio Econômico (CIDE) (36.136,62) (18.357,99) (18.357,99) (18.357,99) riços de lluminação Pública (COSIP) (6.56,877,99) (6.56,877,99) (6.56,877,99) (19.56,623,74) (11.56,06,637,64) (6.56,877,99) pilcação em Outras Despessas da Educação Básica (13.560,637,64) (6.57,102,81) (6.55,0637,64) (6.55,0637,64) (6.55,0637,64) (6.56,570,44) (6.57,102,81) (6.57,102,81) (6.57,102,81) (6.57,102,81) (6.57,102,81) (6.57,102,81) (6.57,102,81) (6.57,102,81) (6.57,102,81) (6.57,102,81) (6.57,102,81) (6.57,102,81) (6.57,102,82) (7.56 (6.57,102,81) (6.57,102,81) (6.57,102,82) (7.56 (6.57,102,82) (6.57,102,32) (7.56 (6.57,102,32) (7.56 (6.57,102,32) (7.56 (6.57,102,32) (7.56 (7.56 (7.56 (7.56,102,32) (7.56,102,32) <t< td=""><td>00 - Recursos Ordinários</td><td>33.609.501,33</td><td>7.726.116,28</td></t<>	00 - Recursos Ordinários	33.609.501,33	7.726.116,28
éncias de Impostos Vinculados à Saúde (43.070.931,88) (19.55) de Previdência Social (RPPS): Patronal, dos Servidores, Compensação Financeira 77.986,693,07 71.8 ode Previdência Social (RPPS): Patronal, dos Servidores, Compensação Financeira (36.136,62) (36.136,62) nínio Econômico (CIDE) (148.357,99 (36.136,62) (116.550,637,64) (6.550,637,64) pilcação na Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício na Educação Básica (13.550,637,64) (6.550,637,64) (6.550,637,64) policação em Outras Despessas da Educação Básica (13.617.102,81 84 lados à Educação, à Saúde (4.413.075,25) (1.10 lados à Saúde (5.146.117,20) (7.36 do Nacional de Assistência Social (FNAS) (5.146.117,20) (7.36 do Nacional de Assistência Social (FNAS) (5.146.117,20) (7.36 DE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) (6.349,40) (6.349,40) DE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNAE) (109.314,96) (109.314,96) do FNDE (109.314,96) (109.314,96) (109.314,96) (109.314,96) (109.314,96)	01 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Educação	(4.852.103,24)	(2.046.357,15)
1.8.136 77,986,693,07 71,886,693,07 71,886,693,07 71,886,693,07 71,886,693,07 71,886,693,07 71,886,693,07 71,886,693,07 71,886,693,07 71,881,612 71,886,693,07 71,881,612 71,881,612 71,881,612 71,881,612 71,881,612 71,881,612 71,881,612 71,881,612 71,17,102,81 71,17,102,81 71,17,102,81 71,17,102,81 71,17,102,81 71,17,102,81 71,17,102,81 71,17,102,81 71,17,102,81 71,17,102,81 71,17,102,81 71,17,102,81 71,18,103,62,62 71,103,61,76 71,103,61 71,103,61 71,103,61 71,103,61 71,103,61 71,103,61 71,103,61 <t< td=""><td>02 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde</td><td>(43.070.931,88)</td><td>(19.586.607,00)</td></t<>	02 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde	(43.070.931,88)	(19.586.607,00)
ininio Econômico (CIDE) iros de lluminação Pública (COSIP) iros de lluminação Dispessas da Educação Básica iros dispensas da Educação Básica iros de Assistência Bespessas da Educação Básica iros de Assistência Social (FNAS) iros do Nacional de Assistência Social (FNAS) iros do Nacional de Assistência Social (FNAS) iros do Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) iros do FReferentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNATE) iros do FNDE iros do FNDE iros de Aspiração DE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) iros do FNDE	03 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS): Patronal, dos Servidores, Compensação Financeira	77.986.693,07	71.884.926,54
infoito Econômico (CIDE) 148.357,99 (116 iços de Iluminação Pública (COSIP) (529.863,74) (116.55) iços de Iluminação Pública (COSIP) (13.607.102,81 (6.55) policação em Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício na Educação Básica (13.617.102,81 6.4 policação em Outras Despesas da Educação Básica (4.413.075,25) (1.10 lados à Educação em Outras Despesas da Educação de Sasica (4.413.075,25) (1.10 lados à Saúde 966.337,93 8 delacionados à Educação, à Saúde nem à Assistência Social (5.146.177,20) (7.36 do Nacional de Assistência Social (FNAS) 558.704,48 5 DE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) 9.119,39 (6.349,40) (4 DE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) (109.314,96) 1 do FNDE (109.314,96) 1	12 - Serviços de Saúde	(36.136,62)	(36.136,62)
iços de Iluminação Pública (COSIP) (14,250.637,74) (16,550.637,64) (6,550.637,64) (6,550.637,64) (6,550.637,64) (6,550.637,64) (6,550.637,64) (6,550.637,64) (6,550.637,64) (6,540.637,64) (6,540.637,64) (6,540.637,64) (6,540.637,64) (6,540.637,64) (6,540.637,64) (7,100.61) (7,10	16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE)	148.357,99	21.272,59
plicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício na Educação Básica 13.617.102,81 Iados à Educação em Outras Despesas da Educação Básica Iados à Saúde Iados à Saúde nem à Assistência Social Gelacionados à Educação, à Saúde nem à Assistência Social Go Nacional de Assistência Social Go Nacional de Assistência Social Go Nacional de Assistência Social BE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) BE Referentes ao Programa Nacional de Apioi ao Transporte Escolar (PNATE) Go FREFerentes ao Programa Nacional de Apioi ao Transporte Escolar (PNATE) Go FNDE C11.796,76	17 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP)	(529.853,74)	(168.202,19)
plicação em Outras Despesas da Educação Básica 13.617.102,81 lados à Educação (4.413.075,25) lados à Saúde 966.337,93 delacionados à Educação, à Saúde nem à Assistência Social (5.146.177,20) do Nacional de Assistência Social (FNAS) 925.457,74 lados à Assistência Social 52.163,24 DE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) 52.163,24 DE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (6.349,40) do FNDE (109:314,96)	18 - Transferências do FUNDEB para Aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício na Educação Básica	(13.550.637,64)	(6.559.942,68)
lados à Educação lados à Saúde lados à Saúde Assistência Social do Nacional de Assistência Social (FNAS) lados à Assistência Social (FNAS) lados à Assistência Social BE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) DE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNAE) do FNDE (4.413.075,25) 966.337,93 925.457,74 558.704,48 52.163,24 9.119,39 OE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNAE) do FNDE	19 - Transferências do FUNDEB para Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica	13.617.102,81	6.488.947,91
lados à Saúde Relacionados à Educação, à Saúde nem à Assistência Social (5.146.177,20) Go Nacional de Assistência Social (5.146.177,20) Go Nacional de Assistência Social lados à Assistência Social DE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) DE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) Go FReferentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) (6.349,40) do FNDE	22 - Transferências de Convênios Vinculados à Educação	(4.413.075,25)	(1.108.776,21)
Referentes ao Programa Nacional de ANDE(5.146.177,20)(7.5do FNDE(6.349,40)	23 - Transferências de Convênios Vinculados à Saúde	966.337,93	836.283.62
lados à Assistência Social (FNAS) lados à Assistência Social DE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) DE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do FNDE 109.314,96) 211.796,76	24 - Transferências de Convênios Não Relacionados à Educação, à Saúde nem à Assistência Social	(5.146.177,20)	(7.986.102,93)
lados à Assistência Social DE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) 52.163,24 DE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNATE) (6.349,40) do FNDE	29 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	925.457,74	722.503,88
DE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) 52.163,24 DE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) 9.119,39 (6.349,40) do FNDE	42 - Transferências de Convênios Vinculados à Assistência Social	558.704,48	542.050,73
DE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (6.349,40) (109.314,96) 40 FNDE	43 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	52.163,24	46.032,82
DE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) (6.349,40) do FNDE 211.796,76	44 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	9.119,39	(93.781,40)
do FNDE (109.314,96)	45 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	(6.349,40)	(41.658,59)
211.796,76	46 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	(109.314,96)	198.985,73
	47 - Transferência do Salário-Educação	211.796,76	(8.731,59)

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetucidas polos jurisdicionados e não contêm quaisquer juitos de valor expedidos pelo TCEMG.

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nos remessos efertuados pelos jurisdicionados e não contêm quaisquer juitos de valor expedidos pelo TCEMG.

48 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção Básica	604.726,87	293.418,08
49 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	160.226,97	(73.344.72)
50 - Transferências de Recursos do SUS para Vigilância em Saúde	172.662.01	37.855.97
51 - Transferências de Recursos do SUS para Assistência Farmacêutica	272.064.27	1 101 91
52 - Transferências de Recursos do SUS para Gestão do SUS	113.212.11	112 253 02
53 - Transferências de Recursos do SUS para Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	655.153.40	604.605.41
55 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde	1.111.363.82	1 048 507 75
56 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS)	244 037 24	136 062 86
57 - Multas de Trânsito	12,100.112 NC TTT N	100.002,00
90 - Operações de Crédito Internas	12,111,24	185.331,03
92 - Alienacão de Bens	(703.032,35)	(2.999.888,19)
	83.757,20	139.487,57
Lotal	59.029.602.96	50.296 434 45







Município: 3170404 - Unaí	Exercício: 2016	OEIL	
Demostração Contábil: Consolidada	Órgão: Município		
Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas Atuais	Data e Hora de Geração: 18/02/2	020 10:18:07	
Critérios de Seleção: Coordenadoria: 4ª Cfm - 4ª Coord. De Fiscalização Dos Mu	nicípios, Região de Planejamento: Noroeste	The A	
Demonstração das Varia	ções Patrimoniais	(3)	
Variações Patrimoniais	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	563.840.829,59	467.315.965,40	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	30.343.196,03	32.284.291,79	
Contribuições	14.793.034,32	15.922.376,77	
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	16.432.384,26	14.204.469,13	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	12.389.234,74	7.734.930,74	
Transferências e Delegações Recebidas	139.198.235,66	123.836.592,61	
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	0,00	0,00	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	350.684.744,58	273.333.304,36	
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	393.070.044,14	466.081.031,03	
Pessoal e Encargos	101.980.251,90	105.257.600,56	
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	15.633.631,61	12.851.469,36	
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	54.815.831,74	56.311.101,35	
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	8.835.122,19	23.144.370,01	
Transferências e Delegações Concedidas	14.999.904,24	11.064.487,55	
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	0,00	0,00	
Tributárias	0,00	0,00	
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	0,00	0,00	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	196.805.302,46	257.452.002,20	
Resultado Patrimonial do Período (III) = (I - II)	170.770.785,45	1.234.934,37	







Município: 3170404 - Unaí	Exercício: 2016	DE U	
Demostração Contábil: Consolidada	Órgão: Município		
Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas Atuais	Data e Hora de Geração: 18/02	/2020 10:18:84	
Demonstração dos F	luxos de Caixa	(Po	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Ingressos	242.599.082,08	215.143.701,74	
Receitas Derivadas e Originárias	78.622.042,24	68.907.703,74	
Transferências Correntes Recebidas	139.268.536,50	124.593.431,89	
Outros Ingressos Operacionais	24.708.503,34	21.642.566,11	
Desembolsos	223.195.489,38	197.400.397,69	
Pessoal e Demais Despesas	186.741.161,35	164.966.818,84	
Juros e Encargos da Dívida	824.581,68	866.554,55	
Transferências Concedidas	10.546.015,56	9.414.476,75	
Outros Desembolsos Operacionais	25.083.730,79	22.152.547,55	
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	19.403.592,70	17.743.304,05	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Ingressos	0,00	137.950,00	
Alienação de Bens	0,00	137.950,00	
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00	
Outros Ingressos de Investimentos	0,00	0,00	
Desembolsos	5.297.632,74	9.296.936,38	
Aquisição de Ativo Não Circulante	5.297.632,74	9.267.332,53	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00	
Outros Desembolsos de Investimentos	0,00	29.603,85	
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)	(5.297.632,74)	(9.158.986,38)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Ingressos	2.236.855,24	(635.424,52)	
Operações de Crédito	2.236.855,24	(635.424,52)	
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	0,00	0,00	
Transferências de Capital Recebidas	0,00	0,00	
Outros Ingressos de Financiamentos	0,00	0,00	
Desembolsos	3.175.427,54	2.488.133,70	
Amortização / Refinanciamento da Dívida	3.175.427,54	2.488.133,70	
Outros Desembolsos de Financiamento	0,00	0,00	
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	(938.572,30)	(3.123.558,22)	
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I + II + III)	13.167.387,66	5.460.759,45	
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	74.466.228,19	69.005.468,74	
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	87.633.615,85	74.466.228,19	





RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO N.º 13/2016

SICOM PCA 2016

FONTE DAS INFORMAÇÕES: Sistema Informatizado de Contabilidade da prefeitura, SIACE/LRF Data-Base: 31/12/2016, e demonstrações contábeis consolidadas.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Instrução Normativa n.º 04, de 14 de dezembro de 2016.

ANEXOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 04/2016 ANEXO I

(a que se refere o art. 2°, caput e §2°, art. 3°, caput e §2°, e art. 6°, §2°, todos da Instrução Normativa n° 04, de 14 de dezembro de 2016)

Relação de documentos que instruirão as contas anuais dos Chefes dos Poderes Executivos Municipais referentes ao exercício de 2016

- 1) O relatório do órgão de controle interno do Poder Executivo do Município, conforme o §3º do art. 42 da Lei Complementar Estadual nº 102, de 17 de janeiro de 2008, conterá, além de parecer conclusivo sobre as contas, avaliação sobre os seguintes aspectos:
- 1.1) Cumprimento das metas previstas no plano plurianual e na lei orçamentária;
 - a) Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual PPA;

Considerações: O município de Unaí não teve condições até 31/12/2016 de avaliar o cumprimento das metas previstas no PPA. A Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Controle interno foi criada no final do exercício de 2010 e teve início de suas atividades a partir de 01/01/2011, com o intuito de avaliar as ações de governo, bem como, acompanhar a execução orçamentária.

O município de Unaí realizou concurso público no exercício de 2015 para ampliar a quantidade de técnicos nas áreas de Contabilidade, Planejamento, Orçamento, Controle Interno, Compras e Licitações, Recursos Humanos, Tributação, Almoxarifado, Patrimônio, etc...Porém, em detrimento do limite de gastos com Pessoal e Encargos Sociais, ainda não houve a nomeação integral de todos os candidatos aprovados no referido concurso. Esta renovação da área técnica regularizará em breve este item do Relatório de Controle Interno.



Estado de Minas Gerais CNPJ 18.125.161/0001-77



b) Avaliação do cumprimento das metas previstas na Lei Orçamentária Anual – LOA; (Fonte: SIACE/LRF – Data Base: 31/12/2016)

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 3º QUADRIMESTRE DE 2016

6° Bimestre/2016 Receitas Prevista Realizada		Até o Bimestre		
		Realizada	Prevista	Realizada
Receita Total	46.564.800,00 41.002.615,78		232.824.000,00	210.773.659,30

	6º Bimestre/2016 Empenhada Liquidada		Até o Bi	mestre
Despesas			Empenhada	Liquidada
Despesa Total	33.983.085,36 50.676.807,94		201.692.809,51	193.361.994,63

	6º Bimesti	6° Bimestre/2016		No.
Resultado	Superávit	Déficit	Superávit	Déficit
Receita Realizada – Despesa Empenhada	7.019.530,42	-	9.080.849,79	-
Receita Realizada – Despesa Liquidada	-	(9.674.192,16)	17.411.664,67	

Considerações: Analisando as informações apresentadas, é possível verificar que a execução orçamentária do exercício de 2016, apresentou superávit em relação à receita realizada menos a despesa liquidada no montante de R\$17.411.664,67 (dezessete milhões quatrocentos e onze mil seiscentos e sessenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), quanto a receita realizada menos a despesa empenhada tivemos um superávit que totalizou o montante de R\$9.080.849,79 (nove milhões oitenta mil oitocentos e quarenta e nove reais e setenta e nove centavos). Considerando o resultado obtido sobre a despesa empenhada e/ou liquidada é possível atestar que o resultado atende as disposições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A lei orçamentária anual - LOA autorizou o montante de R\$236.779.000,00 (duzentos e trinta e seis milhões setecentos e setenta e nove mil reais) de créditos para execução de despesas



Estado de Minas Gerais CNPJ 18.125.161/0001-77



orçamentárias, porém, o município teve prudência e executou somente o montante de R\$201.692.809,51 (duzentos e um milhões seiscentos e noventa e dois mil oitocentos e nove reais e cinqüenta e um centavos), gerando uma economia de R\$35.086.190,49 (trinta e cinco milhões oitenta e seis mil cento e noventa reais e quarenta e nove centavos) em despesas não empenhadas.

Também podemos comprovar que o município liquidou despesas abaixo do valor da receita realizada, ou seja, parte destas despesas foram inscritas em restos a pagar não processados e que poderá ser canceladas no decorrer do exercício de 2017, caso as despesas inscritas em restos a pagar não processados não sejam efetivadas as mesmas serão objeto de cancelamento no exercício de 2017. Nesse caso, podemos afirmar que houve equilíbrio entre (Receita X Despesa) comparando a receita realizada menos a despesa liquidada o município cumpre as disposições previstas na LRF.

- 1.2) Resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA:

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO 2016

RECEITAS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
Receitas Correntes	205.707.000,00	214.529.669,77	(8.822.669,77)
Receitas de Capital	35.473.000,00	8.190.778,51	27.282.221,49
Receitas Intra Orçamentárias	11.703.000,00	8.582.405,14	3.120.594,86
(-) Dedução do FUNDEB	20.059.000,00	20.529.194,12	(470.194,12)
SOMA	232.824.000,00	210.773.659,30	22.050.340,70
DÉFICITS	39.550.000,00		
TOTAL	236.779.000,00	210.773.659,30	22.050.340,70
DESPESAS			
Créditos Orçamentários Suplementares,	236.779.000,00	201.692.809,51	35.086.190,49
Especiais			
SOMA	236.779.000,00	201.692.809,51	35.086.190,49
SUPERÁVITS		9.080.849,79	-9.080.849,79
TOTAL	236.779.000,00	210.773.659,30	22.050.340,70

Considerações: O Balanço Orçamentário Consolidado está encerrado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NCASP. O Quadro acima é um resumo para facilitar a análise das informações. A execução dos créditos orçamentários suplementares e especiais teve embasamento legal nas seguintes leis municipais:



Estado de Minas Gerais

CNPJ 18.125.161/0001-77



- Lei n.º 3.009, de 24/12/2015 (ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE UNAÍ PARA O EXERCÍCIO DE 2016);
- b) LEI N.º 3.028, DE 23/03/2016 (ABRE AO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL);
- c) LEI N.º 3.023, DE 23/03/2016 (ALTERA A LEI N.º 3.009, DE 24/12/2015 QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE UNAÍ PARA O EXERCÍCIO DE 2016);
- d) LEI N.º 3.036, DE 25/04/2016 (ABRE AO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL);
- e) LEI N.º 3.037, DE 27/04/2016 (ABRE AO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL
- f) LEI N.º 3.053, DE 30/08/2016 (ALTERA A LEI N.º 3.009, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2015 QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE UNAÍ PARA O EXERCÍCIO DE 2016);
- LEI N.º 3.056, DE 09/09/2016 (ABRE AO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR).

A Execução Orçamentária do exercício de 2016 demonstra que o município empenhou despesas no valor total de R\$201.692.809,51 (duzentos e um milhões seiscentos e noventa e dois mil oitocentos e nove reais e cinquenta e um centavos). Observando a execução da receita, ao final do período, apurou-se déficit na arrecadação de R\$22.050.340,70 (vinte e dois milhões cinquenta mil trezentos e quarenta reais e setenta centavos), em relação à previsão inicial da receita de R\$232.824.000,00 (duzentos e trinta e dois milhões oitocentos e vinte e quatro mil reais). Quanto à análise da execução orçamentária, podemos concluir que o município apresentou superávit orçamentário totalizando o montante de R\$9.080.849,79 (nove milhões oitenta mil oitocentos e quarenta e nove reais e setenta e nove centavos) no exercício de 2016, de acordo com a receita realizada menos a despesa empenhada no exercício.

Analisando o Anexo 6 do SIACE LRF — Data-Base: 31/12/2016 é possível comprovar que o município não liquidou despesas acima da receita realizada. A despesa efetivamente liquida totalizou o montante de R\$193.361.994,63 (cento e noventa e três milhões trezentos e sessenta e um mil novecentos e noventa e quatro reais e sessenta e três centavos), e a receita realizada foi de R\$210.773.659,30 (duzentos e dez milhões setecentos e setenta e três mil seiscentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos). Com este resultado é possível apurar que o município obteve um Superávit de R\$17.411.664,67 (dezessete milhões quatrocentos e onze mil seiscentos e sessenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) relativo à receita realizada menos a despesa liquidada.

Concluímos que o município cumpriu as disposições da Lei complementar n.º 101, de 04.05.2000(LRF), pois não houve liquidação de despesas acima da receita realizada, ou seja, ocorreu um monitoramento mensal entre a receita realizada e a despesa liquidada em cada mês do exercício. Este monitoramento resultou na obtenção do equilíbrio entre (Receita x Despesa), comparando a receita realizada menos a despesa liquidada.





- GESTÃO FINANCEIRA;

RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO 2016

RECEITA		DESPESA		
Orçamentárias e Intra-Orçamentárias	210.773.659,30	Orçamentárias e Intra-Orçamentárias	201.692.809,51	
Receitas Correntes	214.529.669,77	Despesas Correntes/Capital	201.692.809,51	
Receitas de Capital	8.190.778,51	-	-	
Receitas Intraorçamentárias	8.582.405,14	-	_	
Dedução das Receitas	(32.121.645,48)	-	-	
Interferências Ativas	9.353.774,68	Interferência Passiva	9.353.774,68	
Transferências Financeiras Recebidas	9.353.774,68	Transferências Financeiras Concedidas	9.353.774,68	
Extra-Orçamentária	57.220.026,24	Extra-Orçamentária	53.133.488,37	
Saldo do Exercício Anterior	74.466.228,19	Saldo Exercício Seguinte	87.633.615,85	
Disponível	74.466.228,19	Disponível	87.633.615,85	
Caixa	0,00	Caixa	0,00	
Bancos/Vinculado/Aplicações	74.466.228,19	Bancos/Vinculado/Aplicações	87.633.615,85	
Financeiras		Financeiras	4 1 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4	
TOTAL	351.813.688,41	TOTAL	351.813.688,41	

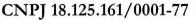
Considerações: Informamos que os recursos financeiros são movimentados em contas bancárias específicas. A tesouraria obedece à ordem cronológica de pagamento de fornecedores, como também, observa a eventual formação de saldo para possível aplicação em poupança ou fundos de Investimentos. O Balanço Financeiro do município foi encerrado de acordo com as normas estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCASP. O quadro acima é apenas um resumo das informações para facilitar a análise dos dados.

O município **não inscreveu** despesas em Restos a Pagar acima das disponibilidades financeiras, como podemos comprovar nos balanços **consolidados do município**, portanto, atendeu o disposto na Lei Complementar n.º 101/2000 e legislação posterior quanto à Consolidação das Contas.

É possível verificar que houve uma melhoria no valor registrado no disponível, quando comparamos o saldo financeiro do exercício anterior com o saldo financeiro do exercício atual. Salientamos, que no total do saldo do exercício atual, o valor de R\$58.318.868,28 (cinqüenta e oito milhões trezentos e dezoito mil oitocentos e sessenta e oito reais e vinte e oito centavos) refere-se à aplicações financeiras do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS/UNAPREV.



Estado de Minas Gerais





- GESTÃO PATRIMONIAL

RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL 2016

ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	137.119.213,99	Passivo Circulante	46.310.959,21
Ativo Não Circulante	366.960.891,14	Passivo Não Circulante	199.835.656,12
		Patrimônio Liquido	257.933.489,80
TOTAL GERAL	504 080 105 13	TOTAL GERAL	504.080.105,13

Bens Móveis	47.052.186,18
Bens Imóveis	254.976.053,73
Bens Natureza Industrial	0,00
(-) Depreciação Acumulada	(477.948,14)
Créditos a Longp Prazo	29.363.318,67
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	36.040.563,52
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	6.717,18
TOTAL	366.960.891,14

Créditos a Longo Prazo		
Dívida Ativa Tributária	27.701.991,68	
Dívida Ativa não Tributária	1.661.326,99	
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	
TOTAL	29.363.318,67	

Detalhamento Circulante	de	Contas	do	Ativo
Estoques		26.984.266,79		
TOTAL			26.98	4.266,79

Considerações: O Balanço Patrimonial está encerrado nos termos das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, e os saldos apresentados estão em conformidade com o sistema de contabilidade do Poder Executivo (Consolidado). Estamos adotando medidas rigorosas para implantação definitiva das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCASP, pois nosso sistema de contabilidade já está adaptado ao novo modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, conforme podemos comprovar nos demonstrativos contábeis anexos a esta Prestação de Contas.

Não houve a realização de Leilão de Bens públicos (Móveis e Imóveis) do município de Unaí no exercício em análise.

As dificuldades encontradas na implantação das **NBCASP** se devem em razão da não existência de um modelo padrão definido para **municípios**. Estamos trabalhando rigorosamente na implantação desta nova mudança de cultura no município, que engloba conscientização, principalmente no tocante a movimentação do almoxarifado, patrimônio, créditos a receber, apropriação das despesas a pagar como (pessoal a pagar, encargos a pagar, contas de energia elétrica a pagar, seguros, entre outras, etc.)

A Equipe técnica do **Poder Executivo** (Controle Interno, Contabilidade, Patrimônio, Tesouraria e Almoxarifado, Controle de Frotas, etc...) estão participando de cursos, seminários e treinamentos para aperfeiçoar a técnica e o conhecimento quanto à convergência aos padrões internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.



Estado de Minas Gerais

CNPJ 18.125.161/0001-77



- 1.3) Observância dos limites para a inscrição de despesas em restos a pagar, bem como dos limites e das condições para a realização da despesa total com pessoal;
- a) Restos a Pagar Inscritos em 31.12.2016:

DISCRIMINAÇÃO	DO EXECUTIVO – (RPPS)	DO RPPS	DO LEGISLATIVO	CONSOLIDADO
Processados	24.844.011,61	0,00	0,00	24.844.011,61
Não Processados	24.289.592,02	10.745,00	1.642,17	24.298.979,19
TOTAL	49.054.112,74	10.745,00	1.642,17	49.142.990,80

O valor total dos restos a pagar inscritos processados e não processados (consolidados) do exercício de 2015 atingiu o montante de R\$49.142.990,80 (quarenta e nove milhões cento e quarenta e dois mil novecentos e noventa reais e oitenta centavos).

b) Disponibilidades Financeiras em 31.12.2016:

DISCRIMINAÇÃO	DO EXECUTIVO - (RPPS)	DO RPPS	DO LEGISLATIVO	CONSOLIDADO
Caixa e Equivalente de	29.291.454,02	58.318.868,28	23.293,55	87.633.615,85
Caixa TOTAL	29.291.454,02	58.318.868,28	23.293,55	87.633.615,85

O valor consolidado inscrito em restos a pagar não ultrapassou o montante das disponibilidades financeiras (consolidadas) como podemos comprovar na tabela acima. O valor consolidado de disponibilidades financeiras foi de R\$87.633.615,85 (oitenta e sete milhões seiscentos e trinta e três mil seiscentos e quinze reais e oitenta e cinco centavos). Observando ainda as tabelas, podemos concluir que apenas o <u>Poder Executivo não cumpriu as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)</u> no tocante à inscrição de despesas em restos a pagar em relação ao saldo das disponibilidades financeiras. Mesmo assim, concluímos que a disponibilidade financeira (consolidada) do exercício é superior ao saldo total inscrito em Restos a pagar (consolidado) em 31/12/2016.

c) Condições para realização da despesa total com pessoal:

PODER EXECUTIVO	Janeiro/2015 a Dezembro/2015	Janeiro/2016 a Dezembro/2016
Receita Corrente Líquida	167.866.815,19	187.646.951,90
Despesa Total com Pessoal	97.292.647,52	105.831.442,42
% Percentual Gasto	57,96%	56,40%

Fonte: Anexo 1 do SIACE LRF (Data-Base: 31/12/2016) do Poder Executivo.

Houve um crescimento na despesa total com pessoal do Poder Executivo relativo ao período de janeiro/2016 a dezembro/2016, como podemos observar na tabela acima. O excesso a regularizar



Estado de Minas Gerais

CNPJ 18.125.161/0001-77



(Art. 20 - LRF) será de **R\$4.502.088,39** (quatro milhões quinhentos e dois mil oitenta e nove reais e trinta e nove centavos). Como o PIB realizado no exercício de 2016 é inferior a 1% (um por cento), o Poder Executivo terá o prazo para regularização duplicado até 30/04/2018. Sendo assim, o Poder Executivo terá até o 1° quadrimestre do exercício de 2018 para regularizar o excesso apurado. Desta forma, com o baixo crescimento do PIB, o município poderá ter a chance de cumprir nos próximos quadrimestres o disposto na Lei Complementar n.º 101, de 04.05.2000 (LRF).

O índice apresentado acima é do Poder Executivo, ou seja, não contempla as despesas com pessoal do Poder Legislativo, sendo assim, citamos abaixo o índice apurado no SIACE LRF data-base: 31/12/2016 do Poder Legislativo para fins de análises e observância do limite de gastos com pessoal e encargos sociais de 6% para o Legislativo.

PODER LEGISLATIVO	Janeiro/2015 a dezembro/2015	Janeiro/2016 a dezembro/2016
Receita Corrente Líquida	167.866.815,19	187.646.951,90
Despesa Total com Pessoal	6.384.346,76	7.222.105,09
% Percentual Gasto	3,80%	3,85%

Fonte: Anexo 1 do SIACE LRF (Data-Base: 31/12/2016) do Poder Legislativo.

A despesa total com pessoal do Poder Legislativo obedeceu o índice previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A despesa total com Pessoal e encargos sociais (Consolidada) do Poder Executivo e Legislativo atingiu o percentual de 60,25% em 31/12/2016. O limite legal previsto na Lei de responsabilidade fiscal é de 60% para o município. Considerando o limite previsto nesta legislação (LRF), podemos comprovar que o município de Unaí ultrapassou o limite de 60% de despesa total com pessoal, ou seja, o limite atingido pelo município foi de 60,25% de despesa total com pessoal. Mesmo assim, o Poder Executivo adotará medidas para reconduzir a despesa ao limite legal de 60% para o município.

- 1.4) Aplicação dos recursos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como em ações e em serviços públicos de saúde, notadamente quanto ao valor residual de que trata o art. 25 da Lei Complementar n.º 141, de 13 de janeiro de 2012, com a especificação dos índices alcançados;
 - a) Aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino:

TOTAL DAS RECEITAS (anexo I)	134.530.943,80
VALOR LEGAL MÍNIMO (art. 212 da CF)	25% = 33.632.735,95
APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (total	34.562.788,22
do Anexo II)	
PERCENTUAL DA APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO	25,69%
DO ENSINO %	31

Fonte: Sistema de Contabilidade da Prefeitura.



Estado de Minas Gerais CNPJ 18.125.161/0001-77



b) Aplicação de recursos nas ações e serviços públicos de saúde:

TOTAL DAS RECEITAS (anexo XV)	131.883.457,39
VALOR LEGAL DE APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	15% = 19.782.518,61
APLICADO NO EXERCÍCIO (total do anexo XV)	36.122.627,22
PERCENTUAL APLICADO %	27,39%

Fonte: Sistema de Contabilidade da Prefeitura.

1.5) Destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

Órgãos/Entidades	Saldo anterior	Rendimentos de Aplicação	Receita Realizada	Despesa Realizada	Saldo Financeiro a
		Financeira		*	Realizar
Prefeitura de Unaí	119.687,57	29.069,63	0,00	65.000,00	83.757,20
Serviço Municipal de	22.592,63	2.448,64	0,00	0,00	25.041,27
Saneamento Básico -					
SAAE (autarquia					
municipal)					
TOTAL	142.280,20	31.518,27	0,00	0,00	108.798,47

PREFEITURA MUNICIPAL:

ORIGEM DOS RECURSOS:

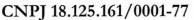
O valor de R\$29.069,63 (vinte e nove mil sessenta e nove reais e sessenta e três centavos), lançado no campo de Receita de Capital de Alienação de Bens Móveis e Imóveis refere-se a TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS recebidos no ano anterior na receita de capital, porém, estavam creditados na conta DIVERSOS da Prefeitura. No início do Exercício de 2016, verificamos que fizemos o lançamento da Receita corretamente no ano de 2015, porém, só estava faltando transferir o dinheiro para a conta específica de Alienação de Bens. Portanto, afirmamos que a Contabilização da Receita foi realizada em 2016, e o recurso tinha sido creditado na conta DIVERSOS da Prefeitura. Diante desta situação comunicamos que foi devidamente regularizado em 2016, através de transferência eletrônica. Desta forma, o saldo financeiro está de acordo com o extrato bancário em 31/12/2016.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Aquisição no valor de R\$65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), através da NOTA DE EMPENHO N.º 8270/2016, emitida em favor de VERSIANI EMPREENDIMENTOS LTDA, de desapropriação do Lote nº 01 da Quadra nº 07, situado na Rua Rosa Luxemburgo nº 315, no bairro Novo Jardim, na cidade de Unaí - MG, medindo 10,00 mts pela frente e fundos e 20,00 mts pela laterial esquerda e lateral direita, perfazendo um total de 200,00 mts quadrados, confrontando pela frente com a Rua Rosa Luxemburgo, pelo fundo com a área do patrimônio, pela lateral direita com o lote nº 02 e pela lateral esquerda com a área remanescente, registrado no Cartório de Registro de



Estado de Minas Gerais





Imóveis sobre a Matrícula nº 22.403, desapropriado conforme Decreto nº 4.377 de 05 de Abril de 2016 para fins de abertura de via pública - (PROCESSO Nº 18302/2013).r de R\$65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), através da NOTA DE EMPENHO N.º 8270/2016, emitida em favor de VERSIANI EMPREENDIMENTOS LTDA, de desapropriação do Lote nº 01 da Quadra nº 07, situado na Rua Rosa Luxemburgo nº 315, no bairro Novo Jardim, na cidade de Unaí - MG, medindo 10,00 mts pela frente e fundos e 20,00 mts pela laterial esquerda e lateral direita, perfazendo um total de 200,00 mts quadrados, confrontando pela frente com a Rua Rosa Luxemburgo, pelo fundo com a área do patrimônio, pela lateral direita com o lote nº 02 e pela lateral esquerda com a área remanescente, registrado no Cartório de Registro de Imóveis sobre a Matrícula nº 22.403, desapropriado conforme Decreto nº 4.377 de 05 de Abril de 2016 para fins de abertura de via pública - (PROCESSO Nº 18302/2013).

DEMONSTRAÇÃO DO SALDO FINANCEIRO DA CONTA CORRENTE DE ALIENAÇÃO DE BENS:

Denominação da Conta: V/ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS - Conta Corrente n.º 0244-6 - Agência 0942 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Saldo Financeiro em 31/12/2016: R\$83.757,20 (oitenta e três mil setecentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos), conforme Extrato Bancário arquiva no Departamento de Finanças desta Prefeitura.

AUTARQUIA MUNICIPAL:

SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO – SAAE

ORIGEM DOS RECURSOS:

Informamos que na Autarquia Municipal (SAAE) tivemos no decorrer do Exercício de 2016, apenas Rendimentos de Aplicações Financeiras do saldo aplicado em fundos de investimentos de renda fixa e variável. Não houve alienação de bens neste ente no exercício em análise.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS:

Não houve aplicação de recursos no exercício de 2016.

DEMONSTRAÇÃO DO SALDO FINANCEIRO DA CONTA CORRENTE DE ALIENAÇÃO DE BENS:

Denominação da Conta: V/ALIENAÇÃO DE BENS SAAE - Conta Corrente n.º 0320-5 - Agência 0942 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Saldo Financeiro em 31/12/2016: R\$25.041,27 (vinte e cinco mil quarenta e um reais e vinte e sete centavos), conforme Extrato Bancário arquivado no Departamento de Finanças desta Autarquia.



PREFEITURA DE UNAÍ Estado de Minas Gerais



CNPJ 18.125.161/0001-77

1.6) Observância do repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo do município;

Discriminação	Valor Devido**	Valor Repassado*	Diferença Apurada
Repasse ao Poder Legislativo	9.186.764,88	9.163.140,16	23.624,72
TOTAL	9.186.764,88	9.163.140,16	23.624,72

Fonte: * Sistema de Contabilidade da Prefeitura.

Fonte: ** Arrecadação municipal conforme Art. 29A da Constituição Federal extraído do Sistema de Contabilidade da Prefeitura de Unaí

O repasse ao Legislativo no exercício de 2016 representou 6,98% (seis vírgula noventa e oito por cento) da receita constitucional apurada no anexo da Arrecadação Municipal conforme Art. 29A da CF/88, extraído do anexo da Receita Arrecadada no Exercício anterior. Portanto, podemos afirmar que o repasse ao Legislativo atendeu as disposições previstas na legislação vigente. Do valor total repassado ao Poder Legislativo de R\$9.163.140,16 (nove milhões cento e sessenta e três mil cento e quarenta reais e dezesseis centavos), enfatizamos que o Poder Legislativo fez a devolução no dia 26/12/2016 do saldo não utilizado do duodécimo no mês de dezembro de 2016, no valor de R\$190.634,52 (cento e noventa mil seiscentos e trinta e quatro reais e cinqüenta e dois centavos) ao Poder Executivo. Além da devolução citada acima, também foi devolvido em 26/12/2016 o valor de R\$35.899,88 (trinta e cinco mil oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos) proveniente dos rendimentos de aplicação financeira oriundos da receita de transferência de duodécimo.

1.7) Aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

O repasse de recursos financeiros a entidades de direito privado sem fins lucrativos estão contemplados na Lei Orçamentária Anual (LOA) n.º 3.009, de 24 de dezembro de 2015 e na Lei de alteração da LOA n.º 3.023, de 23 de março de 2016. As prestações de contas são analisadas na Controladoria Interna e de Transparência Pública – CITP, e após aprovação são encaminhadas para o arquivo de documentos da Prefeitura para fins de inspeções "in loco" pelo TCE, caso seja necessário.

1.8) Medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial o ativo imobilizado;

- Não houve medidas adotadas para proteger o patrimônio público, mas o município controla a incorporação e baixa dos bens do ativo imobilizado. O controle dos bens é realizado através de sistema informatizado de patrimônio, todo sistema está integrado com o sistema de contabilidade. Em virtude da convergência aos padrões internacionais de contabilidade aplicada ao setor público, podemos informar que nosso sistema de patrimônio atende as normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público. Com adoção deste novo marco regulatório na contabilidade aplicada ao setor público, temos certeza de que o controle tanto do ativo imobilizado como do ativo mobilizado serão vistos nas entidades públicas como um dos principais pontos desta mudança. Anteriormente, as organizações públicas não valorizavam a contabilidade patrimonial. Entendemos que a implantação da NBCASP, facilitará para o município a adoção de medidas que protegerá o patrimônio público, principalmente, no tocante ao ativo imobilizado. No exercício de 2016 é



PREFEITURA DE UNAÍ Estado de Minas Gerais

CNPJ 18.125.161/0001-77



possível comprovar no Balanço Patrimonial que o Ativo mobilizado e imobilizado teve crescimentos e incorporações significativos no exercício. Estas incorporações decorrem de medidas adotadas no exercício que surtiram efeitos positivos na contabilidade patrimonial. Principalmente com a incorporação dos ativos de infra-estrutura, dos quais podemos citar (Ruas, Avenidas, Praças, etc...). Estes bens foram incorporados ao patrimônio com o auxílio técnico dos Engenheiros da Prefeitura que tiveram um trabalho importantíssimo na definição do valor desses bens. Por este motivo, podemos afirmar que o Município de Unaí está conseguindo fazer a implantação gradativa das

1.9) Termos de parceria firmados e participação do município em consórcio público, as respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento; e

- Não houve termos de parceria firmados pelo município no exercício de 2016.

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

O município participou de consórcio no exercício de 2016? (X) SIM () NÃO.

Nome do Consórcio: CONSÓRCIO DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO NOROESTE DE MINAS - CONVALES

CNPJ: 06.070.075/0001-25

Endereço: Rua Antônio Fernandes Valadares n.º 171 - Bairro Primavera I

Cep.: 38.680-000 Cidade: Arinos – MG

Valor repassado ao Consórcio no Exercício: R\$35.280,00 (trinta e cinco mil duzentos e oitenta reais)

Valor total do Orçamento: R\$236.779.000,00 (duzentos e trinta e sete milhões seiscentos e sessenta e seis mil e quatrocentos reais)

Impacto Financeiro no Orçamento: 0,01489% (zero vírgula zero quatorze e oitenta e nove por cento).

Conclusão: O valor repassado ao consórcio no exercício não prejudicou a execução orçamentária e financeira do município de Unaí, levando em consideração que o valor efetivamente repassado de R\$35.280,00 (trinta e cinco mil duzentos e oitenta reais) representou apenas 0,01489% do valor total do orçamento municipal.

1.10) Cumprimento, da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (Sicom), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa n.º 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

-Ós órgãos e entidades do município obedeceram todos os prazos de encaminhamento das informações por meio do (Sicom). O município possui os seguintes órgãos/entidades:





- 1) Câmara Municipal de Unaí;
- 2) Prefeitura Municipal de Unaí;
- 3) Serviço Municipal de Saneamento Básico SAAE;
- 4) Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Unaí UNAPREV (RPPS).

Esclarecemos que até o presente momento não recebemos do TCE nenhuma notificação por inadimplência das entidades do município de Unaí, como também não recebemos nenhum comunicado via (DOC - Diário Oficial de Contas) e nem por Oficio via correio/sedex. Estamos cientes de que as entidades deste município estão com a situação regular no Sicom até a presente data.

O MUNICÍPIO POSSUI REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS): (X) SIM () NÃO

Nome da entidade: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Unaí – UNAPREV **Tipo:** RPPS

CNPJ 03.650.743/0001-03

- 1.11) Montante inscrito em restos a pagar, referente às contribuições previdenciárias;
 - a) Contribuições Previdenciárias Devidas ao RPPS, Inscritas em Restos a Pagar;

DISCRIMINAÇÃO	EXERCÍCIO	EMPENHADO (R\$)	PAGO (R\$)	A PAGAR (R\$)
Contribuição Patronal	2016	5.192.564,22	3.606.856,60	1.585.707,62
TOTAL		5.192.564,22	3.606.856,60	1.585.707,62

1.12) Detalhamento da composição das despesas pagas à titulo de obrigações patronais, com a especificação dos valores repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social e daqueles repassados ao RPPS;



Estado de Minas Gerais CNPJ 18.125.161/0001-77



DEMONSTRATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2016

Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Unaí - UNAPREV

			Valores em R\$
Contribuição Patronal	Empenhada	Paga	A pagar
Prefeitura Municipal	4.228.496,25	2.642.788,63	1.585.707,62
Câmara Municipal	362.378,90	362.378,90	0,00
SAAE	556.558,98	556.558,98	0,00
UNAPREV	45.130,09	45.130,09	0,00
Total	5.192.564,22	3.606.856,60	1.585.707,62

As despesas com Obrigações Patronais devidas ao RPPS foram empenhadas no elemento (3.1.91.13.00 — Obrigações Patronais - RPPS), ou seja, do total da despesa empenhada podemos verificar que houve inscrição de despesas com Obrigações Patronais em restos a pagar no valor de **R\$1.585.707,62** (um milhão quinhentos e oitenta e cinco mil setecentos e sete reais e sessenta e dois centavos) que serão pagos no decorrer do exercício de 2017.

Regime Geral de Previdência Social - RGPS

Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

			Valores em R\$
Contribuição Patronal	Empenhada	Paga	A pagar
Prefeitura Municipal	5.356.118,20	4.649.824,93	706.293,27
Câmara Municipal	512.150,71	512.150,71	0,00
SAAE	57.133,56	57.133,56	0,00
Unaprev	26.705,22	26.705,22	0,00
Total	5.952.107,69	5.245.814,42	706.293,27

As despesas com Obrigações Patronais devidas ao RGPS/INSS foram empenhadas no elemento (3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais). Conforme quadro acima, verificamos que a Prefeitura teve o valor de R\$706.293,27 (setecentos e seis mil duzentos e noventa e três reais e vinte e sete centavos), inscrito em restos a pagar e que serão pagos no exercício de 2017.



Estado de Minas Gerais

CNPJ 18.125.161/0001-77



1.13) Procedimentos adotados quando houver a renegociação da dívida com o RPPS, com a indicação do valor do débito, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de outras condições de pagamentos pactuados; e

- Houve a renegociação dos seguintes débitos de dívidas com o RPPS no decorrer do exercício de 2016.

PARCELAMENTO N.º 00631/2016

Data de Assinatura do Parcelamento: 05/08/2016

Prazo de Carência: 1 (um) mês

Valor Parcelado: R\$322.343,98 (trezentos e vinte e dois mil trezentos e quarenta e três reais e

noventa e oito centavos)

Quantidade de Parcelas: 36 (parcelas) Vencimento da 1ª Prestação: 05/09/2016

Indice de Correção: IPCA

Lei de Autorização: Lei municipal n.º 2.302, de 24/06/2005.

PARCELAMENTO N.º 00632/2016

Data de Assinatura do Parcelamento: 10/08/2016

Prazo de Carência: 1 (um) mês

Valor Parcelado: R\$2.350.070,93 (dois milhões trezentos e cinqüenta mil setenta reais e noventa e

três centavos)

Quantidade de Parcelas: 36 (parcelas) Vencimento da 1ª Prestação: 10/09/2016

Indice de Correção: IPCA

Lei de Autorização: Lei municipal n.º 2.302, de 24/06/2005.

PARCELAMENTO N.º 00633/2016

Data de Assinatura do Parcelamento: 15/08/2016

Prazo de Carência: 1 (um) mês

Valor Parcelado: R\$2.033.464,37 (dois milhões trinta e três mil quatrocentos e sessenta e quatro reais

e trinta e sete centavos)

Quantidade de Parcelas: 36 (parcelas) Vencimento da 1ª Prestação: 15/09/2016

Indice de Correção: IPCA

Lei de Autorização: Lei municipal n.º 2.302, de 24/06/2005.

1.14) Informações se os registros da dívida de natureza previdenciária foram conciliados com aqueles inseridos nos demonstrativos contábeis dos fundos e institutos próprios, em especial no que diz respeito a "Restos a Pagar", "Dívida Ativa", "Contribuições a Receber" e "Empréstimos".





- Certificamos que os registros de dívida de natureza previdenciária foram conciliados com os demonstrativos contábeis do RPPS, como também, os restos a pagar, dívida ativa, contribuições a receber e empréstimos.

Este é o Relatório da unidade de Controle Interno, que recomenda à aprovação das contas relativas ao exercício financeiro de 2016 do município de Unaí, sem Ressalvas.

Unaí-MG, 3 de março de 2017.

Eliane do Carmo de Matos Cruz
CONTROLADORA INTERNA E DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA (á Época)
CONTADORA — CRCMG 074742/O-3
Responsável pelo Controle Interno no período: (01/01/2013 a 31/12/2016)





PARECER CONCLUSIVO SOBRE AS CONTAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL CONSOLIDADA

SICOM PCA — Exercício: 2016

Fundamentação Legal: instrução normativa n.º 04, de 14/12/2016.

- 1. Afirmamos ao TCE que além desta Prestação de Contas Anual (Consolidada) fizemos o envio regular das informações através do SICOM Acompanhamento Mensal (AM) e que os dados informados no SIACE LRF relativo ao exercício de 2016 está de acordo com as informações do SICOM. As demais informações, com maiores detalhamentos, estão elencadas no Relatório de Controle Interno n.º 13/2016 anexado nesta Prestação de Contas. Caso seja apurado por esta Corte de Contas, alguma divergência que não conseguimos detectar substituiremos imediatamente as informações com o objetivo de corrigir tais divergências.
- 2. Concluímos que o município cumpriu os limites constitucionais de gastos com Saúde e Educação no exercício de 2016.
- 3. O município não executou despesas acima do limite autorizado na LOA/2016, principalmente no que diz respeito aos créditos adicionais suplementares e especiais. O município teve autorização legislativa para empenhar despesas até o montante de R\$236.779.000,00 (duzentos e trinta e seis milhões setecentos e setenta e nove mil reais), porém, o município foi prudente e empenhou despesas até o montante de R\$201.692.809,51 (duzentos e um milhões seiscentos e noventa e dois mil oitocentos e nove reais e cinqüenta e um centavos), quanto à receita, afirmamos que a receita realizada totalizou o montante de R\$210.773.659,30 (duzentos e dez milhões setecentos e setenta e três mil seiscentos e cinqüenta e nove reais e trinta centavos), houve um superávit entre a receita arrecadada e a despesa empenhada no montante de R\$9.080.849,79 (nove milhões oitenta mil oitocentos e quarenta e nove reais e setenta e nove centavos). A despesa liquidada totalizou o montante de R\$193.361.994,63 (cento e noventa e três





milhões trezentos e sessenta e um mil novecentos e noventa e quatro reais e sessenta e três centavos), gerando um superávit de R\$17.411.664,67 (dezessete milhões quatrocentos e onze mil seiscentos e sessenta e quatro reais e sessenta e sete centavos) em relação à Receita total realizada pelo município. Quanto à receita realizada menos a despesa empenhada e liquidada podemos concluir que o município cumpriu as disposições previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 04/05/2000 (LRF).

- 4. Informamos ainda ao Tribunal de Contas que a Despesa Total com Pessoal e Encargos Sociais informada no SIACE LRF 2016, não apresenta a Despesa Total com Pessoal e Encargos Sociais do Poder Legislativo.
- 5. O Sistema de Controle Interno desta Prefeitura fará recomendação formal ao Prefeito, através de Processo Administrativo a ser instaurado em 2017, com o objetivo de instruir o Prefeito sobre as medidas rigorosas de controle, que deverão obrigatoriamente ser adotadas, com a finalidade de reconduzir o limite de gastos com Pessoal e Encargos Sociais ao limite legal de 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o Poder Executivo. Enfatizamos ainda que o PIB relativo ao Exercício de 2016 foi inferior a 1% (um por cento), com esse resultado do PIB, o Poder Executivo terá o prazo para recondução ao limite legal duplicado, ou seja, o prazo final para enquadramento ao limite legal de 54%, será 30/04/2018. Mesmo assim, entendemos que devemos estar atentos nesse período, para que o limite seja reconduzido o mais breve possível ao limite legal previsto em Lei.
- **6.** O valor do duodécimo repassado ao Poder Legislativo no exercício de 2016 **não ultrapassou** o limite de 7% (sete por cento) permitido pela legislação vigente.
- 7. Esclarecemos ao TCE que a unidade técnica de Controle Interno desta Prefeitura, juntamente com o Prefeito, está estudando determinadas adoções de medidas que possam surtir efeitos à longo prazo, com o objetivo de reconduzir o limite de índice de despesa total com pessoal ao limite legal previsto na LRF. Uma vez que as receitas arrecadadas pelo município nos últimos exercícios, não



PREFEITURA DE UNAÍ Estado de Minas Gerais



CNPJ 18.125.161/0001-77

vem apresentando um crescimento tão significativo que possa auxiliar na redução do limite no menor tempo possível.

- 8. Verificamos que o Poder Legislativo fez devolução do saldo financeiro no dia 26/12/2016 no valor de R\$190.634,52 (cento e noventa mil seiscentos e trinta e quatro reais e cinqüenta e dois centavos) à Prefeitura, relativa à sobra do duodécimo repassado aquela casa no decorrer do exercício de 2016. Também houve em 26/12/2016 a devolução no valor de R\$35.899,88 (trinta e cinco mil oitocentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos), proveniente de rendimentos de aplicação financeira do exercício de 2016 dos recursos financeiros do respectivo duodécimo. Fizemos o repasse em janeiro de 2017 deduzindo a sobra de caixa do exercício anterior, corrigindo assim a devolução que não foi efetuada pelo Legislativo até 31/12/2016. Analisando os balancetes contábeis do Legislativo, foi possível comprovar que a despesa total com Pessoal daquele Poder ultrapassou o limite de 70% (setenta por cento) de sua receita.
- 9. O repasse de recursos financeiros a entidades de direito privado sem fins lucrativos são autorizados através de Lei Municipal. Informamos a esta egrégia Corte de Contas, que a prestação de contas dos recursos repassados é realizada mensalmente pelas entidades, e a verificação da correta aplicação dos recursos fica sob a responsabilidade da <u>Controladoria Interna e de Transparência Pública</u>. Os processos de prestação de contas estão todos arquivados em ordem cronológica no arquivo central desta Prefeitura, sob a guarda do departamento de contabilidade para fins de futuras inspeções "in loco" pelos órgãos fiscalizadores.
- 10. A consolidação das contas do município de Unaí é realizada mensalmente pelo Departamento de Contabilidade da Prefeitura, uma vez que os sistemas informatizados utilizados pelos órgãos (Câmara e Unaprev) são diferentes do sistema de contabilidade da Prefeitura e do SAAE. Mesmo assim, fizemos a consolidação manual dos demonstrativos e balancetes contábeis das entidades (SAAE, UNAPREV e CÂMARA). Quanto à implantação integral da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, esclarecemos que todas as medidas necessárias para esta implantação foi solicitada pela unidade de Controle Interno aos responsáveis pelo sistema de contabilidade terceirizado da Prefeitura. A Empresa SONNER responsável pelos sistemas de contabilidade da Prefeitura e da



PREFEITURA DE UNAÍ Estado de Minas Gerais CNPJ 18.125.161/0001-77



autarquia SAAE, adotaram todas as medidas que culminou na implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP.

- 11. O município adotou medidas para suprir o departamento de contabilidade com novos profissionais da área contábil, com a publicação em fevereiro de 2015, do Edital do Concurso Público para efetivação de 2 (dois) contadores para a Secretaria da Fazenda. Estes Contadores foram empossados em 12/12/2016 e terão uma função importantíssima na implantação definitiva das NBCASP nesta Prefeitura, principalmente no tocante à parametrização dos procedimentos nos setores de patrimônio e almoxarifado.
- 12. Hoje podemos informar que o sistema informatizado de patrimônio e almoxarifado atende todas as demandas da NBCASP, porém, é necessário que haja um monitoramento mensal destas unidades de controle de almoxarifado e patrimônio.
- 13. Entendemos que as NBCASP marcaram a implantação definitiva da contabilidade patrimonial nos municípios. No nosso caso, temos certeza que cumpriremos integralmente todas as ações necessárias para a efetivação desta implantação.
- 14. Este é o **Parecer Conclusivo** <u>aprovando</u> as contas do Poder Executivo do município de Unaí, relativas ao Exercício Financeiro de 2016, sem ressalvas.

Unaí-MG, 9 de março de 2017.

Eliane do Carmo de Matos Cruz

CONTROLADORA INTERNA E DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA (á Época)

CONTADORA — CRCMG 074742/O-3

Responsável pelo Controle Interno no período: (01/01/2013 a 31/12/2016)

Panuse Marra CONTADORA — CRCMG 112433/O-0





PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Natal Justino da Costa n.º 654 Bairro Centro CEP 38 610-000 - Unai-MG Tel.: 3677 4990 Fax: 3677 4991

CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB

PARECER DA GESTÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB PARA FINS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

- 1. O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB do Município de Unaí Minas Gerais, em atendimento às exigências legais, notadamente os arts. 24 e 27 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e a regulamentação municipal própria, para fins da Prestação de Contas Anual, do exercício de 2016, da Prefeitura Municipal de Unaí, é de parecer pela APROVAÇÃO COM RESSALVAS das contas da gestão, encontrando-se o processo em condição de ser submetido ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
- 2. A opinião supra, está consubstanciada no resultado do acompanhamento periódico dos demonstrativos orçamentários, financeiros, contábeis e documentação que fundamenta os registros e informações, relativamente ao exercício financeiro de 2016, examinados à luz dos preceitos e normas de administração pública e nos critérios estabelecidos especialmente na lei nº 11.494/2007 e Lei nº 9.394/96, observando as competências legais do Conselho, destacando-se a abordagem dos seguintes aspectos:
- Organização e o funcionamento regular do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;
- Às deliberações e recomendações do Conselho Municipal no planejamento e na tomada de decisões relacionadas às aplicações dos recursos do FUNDEB;
- III) Reuniões ordinárias de controle, acompanhamento e deliberação acerca da execução orçamentária dos recursos do FUNDEB, compreendendo a verificação de conformidade com as normas em relação à:
- a) a arrecadação realizada no exercício;
- b) a execução da despesa orçamentária autorizada;
- c) à materialização dos gastos e sua pertinência quanto ao enquadramento no contexto da manutenção e desenvolvimento da educação básica;
- IV) Avaliação do cumprimento da obrigação com o mínimo reservado para a remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício das funções, compreendendo a arrecadação anual do FUNDEB, incluídos os rendimentos de aplicação financeira, e as despesas com a folha de pagamento de profissionais do magistério, empenhadas nos termos do art. 22 da Lei nº 11.494/2007 podendo-se opinar, até onde os exames puderam alcançar.
- V) Avaliação demais despesas empenhadas à conta do FUNDEB (40%), quanto à utilização em despesas consideradas manutenção e desenvolvimento da educação básica nos termos do art. 21 da Lei nº 11.494/2007, podendo-se opinar, até onde os exames puderam alcançar que não foram constatadas ofensas às normas.

Home page: www.prefeituraunai.mg.gov.br e-mail: educacao@prefeituraunai.mg.gov.br

anto DIH

Os.

Mamby





PREFEITURA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Natal Justino da Costa n.º 654 Bairro Centro CEP 38 610-000 - Unai-MG Tel.: 3677 4990 Fax: 3677 4991

VI) Avaliação da regularidade das demais despesas empenhadas à conta quanto à utilização em despesas consideradas de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - MDE, em cumprimento ao Artigo 212 da Constituição Federal que estabelece o gasto mínimo em 25% com educação, podendo-se opinar, até onde os exames puderam alcançar que foram constatadas ofensas às normas, com a respectiva descrição sucinta da situação constatada, cabendo opinar pela irregularidade:

a) Pagamento conforme empenho Prefeitura Municipal de Unaí-MG número 9405 referente a serviços de retificação do SIOPE/2015-MEC no valor de R\$ 7.950,00 (sete mil, novecentos e cinquenta reais) ao Sr. Marcos Roberto Beraldo de Oliveira, servidor publico, do cargo Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas -

IBGE-Unidade Unai-MG.

b) Pagamento de despesas conforme empenho Prefeitura Municipal de Unaí-MG número 5394 referente a Prestação de Serviços de Transporte Escolar da linha 1219, veículo Kombi, mínimo de 8 lugares, em favor de Diego Rodrigo Bueno ao preço de R\$ 22,30 o quilometro perfazendo um total de 17.900 kms em 170 dias

3. A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que caso ensejarem.

É o Parecer."

Unaí-MG, 15 de fevereiro de 2017

Carlos Henrique da Silva Presidente do CACS-FUNDEB/Unai-MG

Apareoida Oliveira da Silva Vice Presidente do CACS FUNDEB

Délio Oscar Neto Representante do Conselho Tutelar

Poure Lindalva Alves de Sousa

Representante dos Servidores Técnico-Administrativo das Escolas Públicas Municipais

Cristiane Viana Silva

Representante do Conselho Municipal de Educação

Maria Auxiliadora Coelho Representante do Conselho Municipal de Educação

Júnia Sueli Coimbra

Representante de Professores da Educação Básica Pública

Joselice Rodrigues Soares

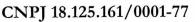
Representante de Diretores das Escolas Públicas Municipais

Antônia Eugênia do Prado Moreira Representante do Conselho Municipal de Educação

Home page: www.prefeituraunai.mg.gov.br e-mail: educacao@prefeituraunai.mg.gov.br



Estado de Minas Gerais





CONTROLADORIA INTERNA E DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA -CITP

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE - DECON

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL CONSOLIDADA — SICOM/PCA

EXERCÍCIO DE 2016 — MUNICÍPIO DE UNAÍ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos a análise das demonstrações contábeis do município de Unaí, relativas ao Exercício de 2016, de todos os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, com o objetivo de cumprir o estabelecido no Anexo 1 da Instrução Normativa n.º 04, de 14 de dezembro de 2016, do TCEMG.

- 1. Administração Direta
- 1.1 Prefeitura de Unaí
- 1.2 Câmara Municipal de Unaí
- 2. Administração Indireta
- 2.1 Autarquias:
- 2.1.1 Serviço Municipal de Saneamento Básico SAAE;
- 2.1.2 Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Unaí UNAPREV.
- 3. NOTAS EXPLICATIVAS
- 3.1 Procedimentos Contábeis





Estado de Minas Gerais

CNPJ 18.125.161/0001-77

O processo de convergência da Contabilidade Aplicada ao Setor Público às novas normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e Secretaria do Tesouro Nacional, em 2015/2016, foram implantadas, sendo as seguintes:

- Implantação integral do PCASP — Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, com o cadastramento das novas contas e com o cadastramento dos eventos contábeis em operação desde 01/01/2015, com o objetivo de gerar informações contábeis nesta nova sistemática contábil;

- Foram estabelecidos todos os parâmetros para a geração das novas informações necessárias para alimentar o PCASP, envolvendo todas as áreas de interface: Patrimônio, Almoxarifado, Recursos Humanos, Arrecadação, Contratos, Tesouro Municipal, etc;

- Foi concluído os trabalhos da Comissão instituída, com o objetivo de mensurar e reavaliar os bens patrimoniais do Município, bem como apresentar o inventário físico e financeiro dos referidos bens, e a avaliação dos ativos de infra estrutura do município, bem como a adequação nos sistemas de gestão patrimonial;

- Em decorrência de concurso público realizado no exercício de 2015, foram nomeados 2 (dois) Contadores, em 12/12/2016, com o objetivo de dotar a Contabilidade do Município de pessoal qualificado para operacionalização da "nova contabilidade aplicada ao setor público".

3.2 Demonstrativos Contábeis

O Balanço Geral do Município de Unaí, constitui-se na prestação de contas das ações governamentais, desenvolvidas a cada exercício financeiro pelos diversos órgãos e entidades da administração pública municipal, representando os poderes do Município, e objetiva cumprir os dispositivos legais contidos na CF/88, Lei 4.320/64, Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei Orgânica do Município de Unaí e nos dispositivos legais da Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Os resultados do exercício estão demonstrados nos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais, exigidos pela Lei n.º 4.320/64, porém, emitidos de acordo com o PCASP.

O Balanço Orçamentário contempla toda a contabilidade orçamentária do Município, inclusive a execução orçamentária das entidades da administração indireta.

Os Balanços Financeiro e Patrimonial e ainda as Demonstrações das Variações Patrimoniais contemplam a administração direta (secretarias municipais e órgãos correlatos, fundos municipais e ainda o Legislativo Municipal), e as autarquias que compõem a administração indireta.

Tais demonstrações refletem a utilização dos recursos consignados nos orçamentos fiscal e da seguridade social, a favor das secretarias municipais, dos órgãos correlatos, dos fundos municipais especiais e das entidades da administração indireta, representadas pelas autarquias.



Estado de Minas Gerais

CNPJ 18.125.161/0001-77

4. SISTEMA ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E CONTÁBIL

O Município utiliza um sistema informatizado de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, denominado Sonner Informática (Sistemas SONNER), integrado a gestão de recursos humanos, protocolo, almoxarifado, patrimônio, planejamento, contabilidade, saúde, tributação, dívida ativa, educação, saúde, compras, licitações e frotas, etc.

5. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO ATIVO

Os direitos referentes a créditos em circulação foram avaliados pelo valor de realização. Foram utilizados os critérios de exclusão de valores prescritos, pelos órgãos da administração direta. Os bens e valores em circulação e os valores realizáveis à longo prazo, à exceção da dívida ativa do Município, foram avaliados pelo valor de realização. Na execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social foram utilizados pela administração Indireta os critérios de depreciação, exaustão e amortização.

Quanto aos créditos realizáveis à longo prazo inerentes à dívida ativa do município, **não procedeu** à provisão para perdas de créditos de realização duvidosa. A dívida ativa do Município foi avaliada pelo valor de recebimento, corrigido pelo índice legal utilizado pelo Município, conforme se demonstra no relatório fornecido pelo Departamento de Tributação da Secretaria Municipal da Fazenda.

Os valores contabilizados são registrados pelo valor corrente para a inscrição, cancelamento, recebimento e os ajustes correspondentes e seus saldos estão computados até dezembro de 2016. Os registros contábeis, no sistema informatizado de contabilidade, guardam fidedignidade quanto às informações constantes nos relatórios de arrecadação e inscrição da dívida ativa municipal devido à integração do sistema informatizado de tributação e contabilidade. Os investimentos foram avaliados pelo custo de aquisição.

Os valores das duplicidades decorrentes de despesas orçamentárias que resultam de receitas orçamentárias entre órgãos da administração municipal foram tratadas no exercício de 2016 na forma de receitas intra-orçamentárias e despesas intra-orçamentárias.





Estado de Minas Gerais

CNPJ 18.125.161/0001-77

6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO PASSIVO

Os depósitos e as obrigações em circulação foram avaliados pelo valor devido em 31/12/2016. A dívida fundada constante no exigível a longo prazo foi avaliada observando os encargos pactuados nos contratos de financiamentos atualizados até 31/12/2016.

O Município não realizou no exercício de 2016 operações de crédito por Antecipação da Receita Orçamentária – ARO.

7. CONTABILIZAÇÃO DA RECEITA

Os registros de classificação da receita são efetuados de forma abrangente, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional, sendo a arrecadação lançada e gerenciada por meio do Sistema de Arrecadação da Secretaria Municipal de Fazenda.

8. CONTABILIZAÇÃO DA DESPESA

Os registros de classificação e empenho da despesa são efetuados de forma analítica, desdobrada em elementos de despesa e sub elementos, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com a Portaria n.º 163/2001 e legislações posteriores.

9. RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

DEMONSTRATIVO DO RESULTA PRIMÁRIO 3º QUADRIMESTRE/2016





Estado de Minas Gerais

CNPJ 18.125.161/0001-77

DETALHAMENTO DO CÁLCULO DAS RECEITAS FISCAIS

	Realizaçã	0
Receitas Fiscais	6° Bimestre/2016	Até o Bimestre
Receitas Correntes	41.610.564,07	214.529.669,77
Receitas de Capital	1.467.998,06	8.190.778,51
Receitas Intra-Orçamentárias	1.970.933,65	8.582.405,14
Subtotal (I)	45.049.495,78	231.302.853,42
(-) Deduções		
Receita Operações de Crédito	389.516,50	2.236.855,24
Rend. de Aplicações Financeiras	1.548.222,91	11.902.182,21
Receita de Alienações de Bens	∳	* * * * * * * * * * * * * * * * * * * *
Amortização de Empréstimos	-	-
Dedução para o FUNDEB	4.046.880,00	20.529.194,12
Subtotal (II)	5.984.619,41	34.668.231,57
Total das Receitas Fiscais (I-II)	39.064.876,37	196.634.621,85

DETALHAMENTO DO CÁLCULO DAS DESPESAS FISCAIS

	Realização	
Despesas Fiscais	6° Bimestre/2016	Até o Bimestre
Despesas Piscais Despesas Correntes	45.978.506,56	176.714.074,82
Despesas de Capital	1.247.775,02	7.146.138,85
Despesas Intra-Orçamentárias	3.450.526,36	9.501.780,96
Subtotal (I)	50.676.807,94	193.361.994,63
(-) Deduções		
Juros e Encargos da Dívida	158.992,52	791.495,35
Amortização de Dívida	759.532,45	2.865.673,87
Concessão de Empréstimos	-	
Aquis. Tít. Cap. Já Integralizados	-	-
Subtotal (II)	918.524,97	3.657.169,22
Total das Despesas Fiscais (I-II)	49.758.282,97	189.704.825,41





Estado de Minas Gerais

CNPJ 18.125.161/0001-77

RESULTADO PRIMÁRIO

2 4	Receitas Realizadas		
RECEITAS FISCAIS	6º Bimestre/2016	Até o Bimestre	
Total das Receitas Fiscais (I)	39.064.876,37	196.634.621,85	

	Despesas Liquidadas	
DESPESAS FISCAIS	6° Bimestre/2016	Até o Bimestre
Total das Despesas Fiscais (II)	49.758.282,97	189.704.825,41

* - 1	6° Bimestre/2016	Até o Bimestre
RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	-10.693.406,60	6.929.796,44

Meta Anual de Resultado Primário fixado na LDO 2016 (Anexo de Metas Fiscais):

R\$ (6.610.000,00)

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO NOMINAL 3º QUADRIMESTRE/2016

RESULTADO NOMINAL DO MUNICÍPIO (-RPPS)

	SALDO	SALDO		
	Exercício Anterior	6° Bimestre/2016		
ESPECIFICAÇÃO	(A)	(B)		
I – Dívida Consolidada	16.640.065,76	22.314.553,25		
(-) Disponibilidade de Caixa / Bancos	22.914.928,38	29.314.747,57		
(-) Aplicações Financeiras	-			
(-) Ativo Realizável	1.871.176,92	1.580.653,30		
(+) Restos a Pagar Processados	14.517.147,37	24.844.011,61		
II – Dívida Consolidada Líquida	6.371.107,83	16.263.163,99		
III – Receitas de Privatizações	-	-		
IV – Passivos Reconhecidos	- 2 1 E			
V - Dívida Fiscal Líquida (II – III – IV)	6.371.107,83	16.263.163,99		
RESULTADO NOMINAL	5			
(No campo IV: B-A)	9,892,056,16			





Estado de Minas Gerais

CNPJ 18.125.161/0001-77

Meta Anual de Resultado Nominal fixada na LDO 2016 (Anexo de Metas Fiscais):

(R\$1.922.000,00)

O resultado primário obtido no exercício de 2016 de R\$6.929.796,44 (seis milhões novecentos e vinte e nove mil setecentos e noventa e seis reais e quarenta e quatro centavos), comparado com a meta de Resultado Primário fixado na LDO do exercício de 2016 de R\$-6.610.000,00 (seis milhões seiscentos e dez mil reais), apresenta um resultado melhor do que a meta estipulada na LDO, este resultado foi reduzido em decorrência do crescimento das Receitas Fiscais.

Quanto ao resultado nominal, o valor fixado na LDO foi de R\$-1.922.000,00 (um milhão novecentos e vinte e dois mil reais) e o resultado alcançado comparando a dívida consolidada líquida do Exercício anterior em relação à dívida consolidada líquida do Exercício atual totaliza o montante de R\$9.892.056,16 (nove milhões oitocentos e noventa e dois mil cinqüenta e seis reais e dezesseis centavos) é possível verificar que o resultado obtido apresenta uma distorção significativa em relação à meta fixada na LDO. Esta distorção no resultado nominal pode ser explicada devido o aumento no valor da inscrição de restos a pagar processados no exercício atual. A inscrição de restos a pagar processados foi superior ao valor fixado no momento da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Controle Interno.

10. RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3º QUADRIMESTRE/2016

	6º Bimestre	2/2016	Até o Bimestre	
Receitas	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
Receita Total	46.564.800,00	41.002.615,78	232.824.000,00	210.773.659,30

	6° Bimestre/2016		Até o Bim	estre
Despesas	Empenhada	Liquidada	Empenhada	Liquidada
Despesa Total	33.983.085,36	50.676.807,94	201.692.809,51	193.361.994,63





Estado de Minas Gerais

CNPJ 18.125.161/0001-77

		6° Bimestre	/2016	Até o Bimestre	
Resultado	-	Superávit	Déficit	Superávit	Déficit
Receita Realizada Despesa Empenhada	-	7.019.530,42	_	9.080.849,79	-
Receita Realizada Despesa Liquidada	-	-	(9.674.192,16)	17.411.664,67	-

Analisando as contas acima é possível comprovar que a receita realizada no exercício de 2016, totaliza o montante de R\$210.773.659,30 (duzentos e dez milhões setecentos e setenta e três mil seiscentos e cinqüenta e nove reais e trinta centavos), e a despesa efetivamente empenhada no mesmo exercício totaliza o montante de R\$193.361.994,63 (cento e noventa e três milhões trezentos e sessenta e um mil novecentos e noventa e quatro reais e sessenta e três centavos), gerando um superávit na arrecadação da ordem de R\$17.411.664,67. (dezessete milhões quatrocentos e onze mil seiscentos e sessenta e quatro reais e sessenta e sete centavos).

Quanto ao resultado superavitário relativo ao resultado apresentado em relação à Receita Realizada menos a despesa empenhada, não fizemos uma análise mais aprofundada deste resultado porque em relação à despesa empenhada, temos inscrição de despesas em restos a pagar não processados que poderão ser cancelados no decorrer do exercício de 2017. Sendo assim, a análise que apresenta um resultado mais eficaz é sobre a receita realizada menos a despesa liquidada.

11. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No exercício de 2016, as operações relativas aos fatos que afetaram resultados de exercícios anteriores foram transferidas para apuração do resultado do exercício por meio das variações ativas e passivas.

12. RESTOS A PAGAR

Os restos a pagar processados correspondem aos saldos credores das obrigações liquidadas, tais como pessoal e encargos sociais, fornecedores e outros e estão demonstrados no balanço financeiro dos orçamentos fiscal e da seguridade social. Os restos a pagar não processados foram inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício de 2016, registrados como despesas nos termos dos art. 36 e 103, § único, da Lei n.º 4.320/64.



Estado de Minas Gerais

CNPJ 18.125.161/0001-77

13. DÍVIDA CONSOLIDADA INTERNA DE LONGO PRAZO

Os registros de dívida de longo prazo foram devidamente conciliados com o sistema de contabilidade da Prefeitura, além de estarem de acordo com os saldos devedores que se encontram a receber pelos credores das dívidas. O saldo devedor está devidamente atualizado em 31 de dezembro de 2016.

14. BALANÇO FINANCEIRO

RESUMO DO BALANÇO FINANCEIRO 2016

RECEITA		DESPESA	
Receita Orçamentária	210.773.659,30	Despesa Orçamentária	201.692.809,51
Receita Ordinária	114.423.908,52	Despesa Ordinária	79.867.500,20
Receita Vinculada	96.349.750,78	Despesa Vinculada	121.825.309,31
(-) Deduções da Receita Orçamentária	32.121.645,48	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	9.353.774,68	Transferências Financeiras Concedidas	9.353.774,68
Recebimentos Extra-Orçamentários	57.220.026,24	Pagamentos Extra-Orçamentários	53.133.488,37
Saldo em espécie do Exercício	74.466.228,19	Saldo Exercício Seguinte	87.633.615,85
Anterior			
Disponível	74.466.228,19	Disponível	87.633.615,85
Caixa	0,00	Caixa	0,00
Bancos/Vinculado/Aplicações	74.466.228,19	Bancos/Vinculado/Aplicações	87.633.615,85
Financeiras		Financeiras	Landa Armania
TOTAL	351.813.688,41	TOTAL	351.813.688,41

O Balanço Financeiro do Exercício de 2016 foi encerrado no sistema informatizado de contabilidade da Prefeitura, apresentando fidedignidade com os valores registrados no sistema. Tivemos uma execução financeira dentro da normalidade. Quanto à Receita, podemos observar que foi superior a despesa efetivamente executada. O disponível teve um crescimento regular devido a rentabilidade das aplicações financeiras do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, além do controle rigoroso entre o ingresso e a saída dos recursos financeiros no caixa deste ente. O saldo para o exercício seguinte é significativamente superior ao saldo do exercício anterior, principalmente, se considerar que o crescimento da receita nos últimos anos está abaixo da média de outros municípios brasileiros. No caso desse município, a maior parte da receita arrecadada é proveniente do FPM, ICMS e IPVA, ou seja, as demais receitas são irrisórias quando comparadas com as transferências constitucionais. Isso demonstra que o município é totalmente dependente das receitas





Estado de Minas Gerais

CNPJ 18.125.161/0001-77

oriundas de transferências da União. O recurso próprio arrecadado pelo município é completamente insuficiente para cobrir as despesas de manutenção e custeio da máquina administrativa.

15. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - EXERCÍCIO 2016

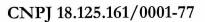
RECEITAS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
Receitas Correntes	197.351.000,00	202.584.880,79	5.233.880,79
Receitas de Capital	35.473.000,00	8.190.778,51	(27.282.221,49)
SOMA	232.824.000,00	210.775.659,30	(22.048.340,70)
DÉFICITS			
TOTAL	232.824.000,00	210.775.659,30	(22.048.340,70)
DESPESAS		7.2	
Créditos Orçamentários Suplementares,	232.824.000,00	201.692.809,51	(31.131.190,49)
Especiais			
SOMA	232.824.000,00	201.692.809,51	(31.131.190,49)
SUPERÁVITS		9.082.849,79	9.082.849,79
TOTAL	232.824.000,00	210.775.659,30	(22.048.340,70)

A Execução Orçamentária do exercício de 2016 demonstra que o município empenhou despesas no valor total de **R\$201.692.809,51** (duzentos e um milhões seiscentos e noventa e dois mil oitocentos e nove reais e cinqüenta e um centavos). Observando a execução da receita, ao final do período, apurou-se déficit na arrecadação de **R\$-22.048.340,70** (vinte e dois milhões quarenta e oito mil trezentos e quarenta reais e setenta centavos), em relação à previsão inicial da receita de **R\$232.824.000,00** (duzentos e trinta e dois milhões oitocentos e vinte e quatro mil reais). Quanto à análise da execução orçamentária, podemos concluir que o município apresentou <u>Superávit</u> orçamentário totalizando o montante de **R\$9.082.849,79** (nove milhões oitenta e dois mil oitocentos e quarenta e nove reais e setenta e nove centavos) no exercício de 2016, de acordo com a receita realizada menos a despesa empenhada no exercício.

A receita apresentou algumas frustrações, principalmente, as Receitas de Capital que teve valores significativos não arrecadados. Conseguimos verificar que as transferências de Convênios apresentaram maior frustração na arrecadação. Quanto às transferências de convênios, justificamos que o município depende do órgão concedente, além da adimplência no SIAFI para o recebimento destas receitas. Quanto as receitas de operações de crédito, não tínhamos nenhuma previsão de arrecadação e conseguimos arrecadar no exercício o montante de **R\$2.236.855,24** (dois milhões duzentos e trinta e seis mil oitocentos e cinqüenta e cinco reais e vinte e quatro centavos). Quanto as transferências de capital é possível comprovar através do Balanço Orçamentário que a previsão de arrecadação foi de **R\$34.528.000,00** e a arrecadação total atingiu o montante de **R\$5.953.923,27**, ou



Estado de Minas Gerais





seja, tivemos uma frustração nas Receitas de Capital no montante de <u>R\$-28.574.076,73</u>. Com este resultado tivemos que equilibrar a despesa liquidada com a receita efetivamente realizada.

16. BALANÇO PATRIMONIAL

GESTÃO PATRIMONIAL

RESUMO DO BALANÇO PATRIMONIAL 2016

ATIVO		PASSIVO	
Ativo Circulante	137.119.213,99	Passivo Circulante	46.310.959,21
Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante	199.835.656,12
Milvo Ivao Girculante		Patrimônio Liquido	257.933.489,80
TOTAL ATIVO	504.080.105,13	TOTAL PASSIVO	504.080.105,13

Bens Móveis	47.052.186,18
Bens Imóveis	254.976.053,73
Bens Natureza Industrial	0,00
(-) Depreciação Acumulada	(477.948,14)
Créditos a Longo Prazo	29.363.318,67
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	36.040.563,52
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	6.717,18
TOTAL	366.960.891,14

Créditos a Longo Prazo		
Dívida Ativa Tributária	27.701.991,68	
Dívida Ativa não Tributária	1.661.326,99	
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	
TOTAL	29.363.318,67	

Detalhamento Circulante	de	Contas	do	Ativo
Estoques			26.98	4.266,79
TOTAL			26.98	4.266,79

O Balanço Patrimonial – BP do exercício de 2016, foi encerrado no sistema informatizado de contabilidade da Prefeitura, apresentando fidedignidade com os valores registrados no sistema.

Observando os valores apresentados no Balanço Patrimonial do exercício de 2016, é possível verificar que houve um acréscimo significativo no Imobilizado, que no exercício anterior apresentava o montante de \$98.758.190,52 (noventa e oito milhões setecentos e cinqüenta e oito mil cento e noventa reais e cinqüenta e dois centavos), e no exercício atual totaliza o montante de R\$301.550.291,77 (trezentos e um milhões quinhentos e cinqüenta mil duzentos e noventa e um reais e setenta e sete centavos), representando um acréscimo de R\$202.792.101,25 (duzentos e dois



Estado de Minas Gerais

CNPJ 18.125.161/0001-77



milhões setecentos e noventa e dois mil cento e um reais e vinte e cinco centavos), decorrente do lançamento no sistema de patrimônio dos bens de infraestrutura (Ruas, Avenidas, Praças, etc.), além das aquisições realizadas no exercício de novos bens móveis e imóveis. A incorporação dos bens de infraestrutura só foi possível com o apoio dos engenheiros da Prefeitura, da equipe do Sistema de Patrimônio e do Controle Interno. O acréscimo no patrimônio dos bens de infraestrutura foi fundamental para o acréscimo no saldo do Imobilizado.

O ativo disponível também apresentou crescimento relevante quando comparado com o exercício anterior, é possível analisar que houve um acréscimo de R\$13.167.387,66 (treze milhões cento e sessenta e sete mil trezentos e oitenta e sete reais e sessenta e seis centavos) no total consolidado das disponibilidades financeiras.

O Passivo Circulante apresentou crescimento em relação ao valor apresentado no exercício anterior, em razão dos Restos a Pagar devidamente classificados nas contas (Pessoal a pagar, Benefícios previdenciários a Pagar, Encargos Sociais a pagar, Fornecedores a pagar, etc., entre outras).

O total do patrimônio líquido do município no exercício de 2016 foi de **R\$257.933.489,80** (duzentos e cinqüenta e sete milhões novecentos e trinta e três mil quatrocentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos), enquanto o Resultado Patrimonial atingido no exercício de 2015 foi de **R\$87.162.704,35** (oitenta e sete milhões cento e sessenta e dois mil setecentos e quatro reais e trinta e cinco centavos). Com estes resultados obtidos nos exercícios de 2015/2016 é possível afirmar que os ajustes que realizamos na Contabilidade do município já começaram a surtir efeitos nos resultados dos demonstrativos contábeis, como podemos comprovar analisando o Balanço Patrimonial do exercício de 2016 em anexo nesta Prestação de Contas.

Sabemos que ainda temos muito que fazer para melhor ainda mais os resultados, mas temos certeza que estamos no caminho certo para o ajuste contábil das contas desse município, principalmente no tocante à implantação definitiva das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCASP.

Em razão da convergência aos Padrões Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, observamos que a maior ênfase dessa convergência está atrelada a contabilidade patrimonial, e em especial ao patrimônio do município. Nesse caso, concluímos que o município de Unaí está cumprindo fielmente o enfoque das novas normas (PCASP/NBCASP) que é o Patrimônio.





Estado de Minas Gerais

CNPJ 18.125.161/0001-77

17. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2016

VARIAÇÕES PATRIMONIAS AUMENTATIVAS		VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	
NOME	VALORES	NOME	VALORES
VARIAÇÕES PATRIMONIAL AUMENTATIVA	563.840.829,59	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	393.070.044,14
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS	30.343.196,03	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	101.980.251,90
CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES	14.793.034,32	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	15.633.631,61
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	16.432.384,26	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	54.815.831,74
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	12.389.234,74	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	8.835.122,19
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	139.198.235,66	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	14.999.904,24
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	350.684.744,58	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	196.805.302,46
SUB-TOTAL DA RECEITA	563.840.829,59	SUB-TOTAL DA DESPESA:	393.070.044,14
SUB-TOTAL GERAL	563.840.829,59	SUB-TOTAL GERAL	393.070.044,14
RESULTADO PATRIMONIAL – Déficit Verificado	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL – Superávit Verificado	170.770.785,45
TOTAL GERAL:	563.840.829,59	TOTAL GERAL:	563.840.829,59

A demonstração das variações patrimoniais do exercício de 2016 foi elaborada no sistema informatizado de contabilidade da Prefeitura e está de acordo com os valores registrados no referido sistema. Observando os resultados apresentados é possível perceber um resultado **superavitário** decorrente das execuções realizadas no decorrer do exercício, totalizando o valor de **R\$170.770.785,45** (cento e setenta milhões setecentos e setenta mil setecentos e oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

O resultado **superavitário** do exercício de 2016 demonstra que as operações do município foram positivas, tivemos melhorias significativas no controle da gestão **patrimonial do ente,** que contribuiu significativamente para o resultado expressivo de superávit atingido no exercício. As incorporações que surtiram este resultado foram às seguintes: Incorporação dos Ativos de Infraestrutura, como: ruas, avenidas, praças, etc.

O resultado resultante da execução orçamentária das variações aumentativas apresenta resultado positivo sobre o resultado resultante da execução orçamentária das variações diminutivas. Este





Estado de Minas Gerais

CNPJ 18.125.161/0001-77

resultado, decorre das medidas adotadas no município em relação à implantação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP.

Mesmo assim, enfatizamos que a execução financeira, orçamentária e patrimonial do exercício de 2016 atendeu as expectativas, devido à melhorias que conseguimos implantar no decorrer do exercício, principalmente no tocante ao controle e gerenciamento do sistema de patrimônio e tributação.

Estas são as Notas Explicativas sobre as demonstrações contábeis que apresentamos na Prestação de Contas Anual do Exercício Financeiro de 2016, do município de UNAÍ.

Unaí-MG, 30 de março de 2017.

Eliane do Carmo de Matos Cruz

CONTROLADORA INTERNA E DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA (á Época)

CONTADORA — CRCMG 074742/O-3

Responsável pelo Controle Interno no período: (01/01/2013 a 31/12/2016)

Eva Nilce de Faria Pires DIRETORA DE CONTABILIDADE — CRCMG 066347/O-3 (à Época)

> Panuse Marra CONTADORA — CRCMG 112433/O-0

Exercício: 2016

Valor

Percentual

ANEXO II

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art.212 da C.F; Emenda Constitucional nº 53/06, leis nº 9.394/96 e 11.494/07)

Receitas	Valor
1 - Receita de impostos	
1.1 - Receita resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	5.111.622,08
1112.02.00 - Imposto Sobre A Propriedade Predial e Territorial Urbana	3.934.371,65
1911.38.00 - Multas e Juros do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	73.125,21
1913.11.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	123.987,42
1931,11.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	981.200,47
(-) Deduções da Receita do IPTU	-1.062,67
1.2 - Receita resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos (ITBI)	5.566.566,25
1112.08.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	5.586.568,30
1911.39.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Transferência de Bens Imóveis	0,00
1913,12.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre a Transmissão Inter - Vivos e Bens Imóveis (ITBI)	0,00
1931.12.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Transferência de Bens Imóveis	0,00
(-) Deduções da Receita do ITBI	-20.002,05
1.3 - Receita resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	10.610.379,73
1113.05.01 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	10.369.474,74
1113.05.02 - Adicional ISS - Fundo Municipal de Combate à Pobreza	0,00
1911.40.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Serviços	75.234,44
1913.13.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	10.532,82
1931.13.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços	160.671,27
(-) Deduções da Receita do ISS	-5.533,54
1.4 - Receita resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	7.853.027,21
1112.04.31 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	7.856.928,92
1112.04.34 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	
(-) Deduções da Receita do IRRF	-3.901,71
1.5 - Receita resultante do Imposto Territorial Rural (ITR) (CF, ART. 153, §4°, inciso III)	0,00
1112.01.01 – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – Municípios Conveniados	0,00
1911.08.01 – Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	0,00
1913.08.00 – Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	0,00
1931.04.00 – Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	0,00
(-) Deduções da Receita do ITR	0,00
(-) Deduções da Necella do IIIX	29.141.595,27
2 - Receita de transferências constitucionais e legais	
1721.01.02 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	37.269.726,02
1721.01.03 - Cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	1.547.632,10
1721.01.04 - Cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	1.099.854,31
1721.01.05 - Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	2.184.984,29
1721.36.00 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	316.637,04
1722.01.01 - Cota-parte do ICMS	51,900,920,26
1722.01.02 - Cota-parte do IPVA	10.425.067,75
1722.01.04 - Cota-parte do IPI sobre Exportação	644.526,76
1721.01.32 - Cota-Parte do IOF – Ouro	·
Subtotal	105.389.348,53
Total das Receitas (A)	134.530.943,80

Total

B – Aplicação Devida (art. 212 da CF/88)	25,00%	33.632.735,95
C – Valor da Aplicação	25,69%	34.562.788,22
D - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional	0,69%	930 032,27
		4 7

Exercício: 2016

ANEXO III

Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)

Função/ Subfunção/ Programa	Valor Pago	Resto a Pagar Não Processado	Resto a Pagar Processado	Total
12 - Educação				
122 - Administração Geral	5.652.538,08	0,00	0,00	5.652.538,08
0000 - ENCARGOS ESPECIAIS	822.854,75	0,00	0,00	822.854,75
0003 - DIREÇÃO ESTRATÉGICA	4.784.683,33	0,00	0,00	4.784.683,33
0012 - DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO	45.000,00	0,00	0,00	45.000,00
128 - Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00
XXXX - Nome do programa	0,00	0,00	0,00	0,00
271 - Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00
XXXX - Nome do programa	0,00	0,00	0,00	0,00
272 - Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00
XXXX - Nome do programa	0,00	0,00	0,00	0,00
273 - Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00
XXXX - Nome do programa	0,00	0,00	0,00	0,00
361 - Ensino Fundamental	7.727.494,65	0,00	0,00	7.727.494,65
0010 - EDUCAÇÃO BÁSICA - DIREITO DE TODOS	1.506.185,13	0,00	0,00	1.506.185,13
0011 - APOIO AO EDUCANDO	6.221.309,52	0,00	0,00	6.221.309,52
365 - Educação Infantil	549.510,16	0,00	0,00	549.510,16
0010 - EDUCAÇÃO BÁSICA - DIREITO DE TODOS	549.510,16	0,00	0,00	549.510,16
366 - Educação de Jovens e Adultos	104.051,21	0,00	0,00	104.051,21
0000 - ENCARGOS ESPECIAIS	11.730,76	0,00	0,00	11.730,76
0010 - EDUCAÇÃO BÁSICA - DIREITO DE TODOS	92.320,45	0,00	0,00	92.320,45
367 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
XXXX - Nome do programa	0,00	0,00	0,00	0,00
Tol	al 14.033.594,10	0,00	0,00	14.033.594,10

Descrição	Valor
Valor Pago (A)	14.033.594,10
Contribuição ao FUNDEB (Lei nº 11.494/2007)	20.529.194,12
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	0,00
Subtotal (C = A + FUNDEB + B)	34.562.788,22
Disponibilidade de caixa (D)	0,00
Valores Comprometidos de Exercícios Anteriores (Restos a Pagar e Extraorçamentários) (E)	0,00
Saldo de Disponibilidade de Caixa (F = D - E)	0,00
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (G = B - F)	0,00
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (H)	0,00
Total Aplicado (I	= C-G +H) 34.562.788,22

Município: 02164 - UNAI

Exercício: 2016

ANEXO IV

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Receitas	Valor
I - Receita de impostos	
1.1 - Receita resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	5.111.622,08
1112.02.00 - Imposto Sobre A Propriedade Predial E Territorial Urbana	3.934.371,65
1911.38.00 - Multas e Juros do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	73.125,21
1913.11.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	123.987,42
1931.11.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	981.200,47
(-) Deduções da Receita do IPTU	-1.062,67
1.2 - Receita resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos (ITBI)	5.566.566,25
1112.08.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	5.586.568,30
1911.39.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Transferência de Bens Imóveis	0,00
1913.12.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre a Transmissão Inter - Vivos e Bens Imóveis (ITBI)	0,00
1931.12.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Transferência de Bens Imóveis	0,00
(-) Deduções da Receita do ITBI	-20.002,05
1.3 - Receita resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	10.610.379,73
1113.05.01 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	10.369.474,74
1113.05.02 - Adicional ISS - Fundo Municipal de Combate à Pobreza	0,00
1911.40.00 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Serviços	75.234,44
1913.13.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	10.532,82
1931.13.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços	160.671,27
(-) Deduções da Receita do ISS	-5.533,54
1.4 - Receita resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	7.853.027,21
1112.04.31 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	7.856.928,92
1112.04.34 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	0,00
(-) Deduções da Receita do IRRF	-3.901,71
1.5 Receita resultante do Imposto Territorial Rural (ITR) (CF, ART. 153, §4°, inciso III)	0,00
1.5 Receita resultante do Imposto Fernional Natal (1117) (cf., 74471 fee, 3.1, indice in) 1112.01.01 – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – Municípios Conveniados	0,00
1911.08.01 – Imposto sobre a Propriedade Territorial Kural – Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	0,00
1913.08.00 – Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	0,00
	0,00
1931.04.00 – Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	0,00
(-) Deduções da Receita do ITR Subtotal	29.141.595,27
	29.141:595,21
2 - Receita de transferências constitucionais e legais	37.269.726,02
1721.01.02 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios 1721.01.05 - Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	2.184.984,29
1721.36.00 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	316.637,04
1722.01.01 - Cota-parte do ICMS	51.900.920,26
1722.01.02 - Cota-parte do IPVA	10.425.067,75
1722.01.04 - Cota-parte do IPI sobre Exportação	644.526,76
Subtotal	102.741.862,12

	- Contractors
Total das Receitas (A)	131.883.457,39

Resumo da Aplicação das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Exercício Atual	ercentua	Valor
B - Aplicação Devida (art. 7º da LC nº 141/2012)	15,00%	19.782.518,61
C - Valor da Aplicação	27,39%	36.122.627,22
D - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional (C - B)	12,39%	16.340.108,61

Resíduo de Exercício Anterior	Valor
E - Valor não Aplicado de Exercício Anterior	0,00
F - Aplicação no Exercício Atual Referente ao Resíduo de Exercício Anterior	0,00
G - Diferença (F - E)	0,00

Exercício: 2016

ANEXO V

Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 IN 05/2012)

IN 05	/2012)			
Função/ Subfunção/ Programa	Valor Pago	Resto a Pagar Não Processado	Resto a Pagar Processado	Total
10 - Saúde				
122 - Administração Geral	7.245.791,76	0,00	0,00	7.245.791,76
0000 - ENCARGOS ESPECIAIS	2.079.600,72	0,00	0,00	2.079.600,72
0003 - DIREÇÃO ESTRATÉGICA	4.034.997,22	0,00	0,00	4.034.997,22
0005 - GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	1.131.193,82	0,00	0,00	1.131.193,82
128 - Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00
XXXX - Nome do programa	0,00	0,00	0,00	0,00
271 - Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00
XXXX - Nome do programa	0,00	0,00	0,00	0,00
272 - Previdência do Regime Estatutário	0,00	0,00	0,00	0,00
XXXX - Nome do programa	0,00	0,00	0,00	0,00
273 - Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00
XXXX - Nome do programa	0,00	0,00	0,00	0,00
301 - Atenção Básica	5.272.018,79	0,00	0,00	5.272.018,79
0013 - SAÚDE DA FAMÍLIA	1.427.666,22	0,00	0,00	1.427.666,22
0014 - ATENÇÃO BÁSICA EM UNIDADES CONVENCIONAIS	751.713,19	0,00	0,00	751.713,19
0015 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	161.687,53	0,00	0,00	161.687,53
0016 - ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE BUCAL	2.234.682,89	0,00	0,00	2.234.682,89
0017 - NÚCLEO DE APOIO AO SAÚDE DA FAMÍLIA	101.839,13	0,00	0,00	101.839,13
0018 - PLANEJAMENTO FAMILIAR E SAÚDE DA MULHER	524.429,83	0,00	0,00	524.429,83
0059 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	22.143.796,33	0,00	0,00	22.143.796,33
0021 - TRANSPORTE SANITÁRIO	1.868.590,27	0,00	0,00	1.868.590,27
0022 - LABORATÓRIO MUNICIPAL	1.410.614,91	0,00	0,00	1.410.614,91
0028 - ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL	379.858,06	0,00	0,00	379.858,06
0029 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE	2.582.272,41	0,00	0,00	2.582.272,41
0030 - ATENÇÃO EMERGENCIAL E HOSPITALAR	15.533.427,98	0,00	0,00	15.533.427,98
0059 - TRANSPORTE DE RECURSOS	369.032,70	0,00	0,00	369.032,70
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	67.935,05	0,00	0,00	67.935,05
0025 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	67.935,05	0,00	0,00	67.935,05
XXXX - Nome do programa	0,00	0,00	0,00	0,00
304 - Vigilância Sanitária	366.360,15	5 0,00	0,00	366.360,15
0020 - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	366.360,15	5 0,00	0,00	366.360,15
XXXX - Nome do programa	0,00	0,00	0,00	0,00
305 - Vigilância Epidemiológica	1.026.725,14	4 0,00	0,00	1.026.725,14
0019 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL	1.026.725,14	4 0,00	0,00	1.026.725,14
XXXX - Nome do programa	0,00	0,00	0,00	0,00
306 - Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00
XXXX - Nome do programa	0,00	0,00	0,00	0,00
511 - Saneamento Básico Rural (quando for o caso, conforme art. 3°, VI e VII, da LC n. 141/2012)	0,00	0,00	0,00	0,00
XXXX - Nome do programa	0,00	0,00	0,00	0,00
512 - Saneamento Básico Urbano (quando for o caso, conforme art. 3°, VI e VII, da LC n. 141/2012)	0,0	0,00		0,00
XXXX - Nome do programa	0,0	0,00	0,00	0,00
Total	36.122.627,2	2 0,00	0,00	36.122.627,22

	Descrição	Valor
Valor Pago (A)		36.122.627,22

Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)

Subtotal (C = A + B)

Disponibilidade de caixa (D)

Valores Comprometidos de Exercícios Anteriores (Restos a Pagar e Extraorçamentários) (E)

Saldo de Disponibilidade de Caixa (F = D - E)

Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (G = B - F)

Restos a Pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (H)

Total Aplicado (I = C - G + H) 36.122.627,22

Exercício: 2016

ANEXO VI

Demonstrativo da Aplicação do Resíduo (art. 25 da LC 141/2012)

Função/ Subfunção/ Programa	Valor Pago
10 - Saúde	
122 - Administração Geral	0,00
XXXX - Nome do programa	0,00
128 - Formação de Recursos Humanos	0,00
XXXX - Nome do programa	0,00
271 - Previdência Básica	0,00
XXXX - Nome do programa	0,00
272 - Previdência do Regime Estatutário	0,00
XXXX - Nome do programa	0,00
273 - Previdência Complementar	0,00
XXXX - Nome do programa	0,00
301 - Atenção Básica	0,00
XXXX - Nome do programa	0,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00
XXXX - Nome do programa	0,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico	0,00
XXXX - Nome do programa	0,00
304 - Vigilância Sanitária	0,00
XXXX - Nome do programa	0,00
305 - Vigilância Epidemiológica	0,00
XXXX - Nome do programa	0,00
306 - Alimentação e Nutrição	0,00
XXXX - Nome do programa	0,00
511 - Saneamento Básico Rural (quando for o caso, conforme art. 3°, VI e VII, da LC n. 141/2012)	0,00
XXXX - Nome do programa	0,00
512 - Saneamento Básico Urbano (quando for o caso, conforme art. 3°, VI e VII, da LC n. 141/2012)	
XXXX - Nome do programa	0,00



Município: 02164 - UNAÍ



ANEXO VII Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder

Despesa Total com Pessoal no Ano	Executivo	Legislativo	Município
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	and the second s		
3.1.90.01.00 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUN. E REF.MILITARES	12.221.880,11	0,00	12.221.880,11
3.1.90.03.00 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	3.020.806,04	0,00	3.020.806,04
3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	17.089.294,73	0,00	17.089.294,73
3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	78.272.251,36	6.347.575,48	84.619.826,84
3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.439.956,98	512.150,71	5.952.107,69
3.1.90.16.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	199.754,03	0,00	199.754,03
3.1.90.92.00 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
3.1.91.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.830.185,32	362.378,90	5.192.564,22
3.3.XX.34.00 - Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	0,00	0,00	0,00
Total da Despesa Bruta com Pessoal	121.074.128,57	7.222.105,09	128.296.233,66
Exclusões da Despesa Total com Pessoal	Executivo	Legislativo	Município
(-) Aposentadorias e Pensões Custeadas com Recursos da Fonte	0,00	0,00	0,00
(-) Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Própria	15.242.686,15	0,00	15.242.686,15

Exclusões da Despesa Total com Pessoal	Executivo	Legislativo	Município
(-) Aposentadorias e Pensões Custeadas com Recursos da Fonte	0,00	0,00	0,00
(-) Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Própria	15.242.686,15	0,00	15.242.686,15
(-) Indenização por Demissão de Servidores ou Empregados	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
(-) Despesa de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
(-) Sentenças Judiciais Anteriores	0,00	0,00	0,00
Total das Exclusões	15.242.686,15	0,00	15.242.686,15
Total da Despesa com Pessoal para Fins de apuração de Limite	105.831.442,42	7.222.105,09	113.053.547,51

Receita Corrente do Município	226.122.121,13
(-) Total de Deduções	32.121.645,48
(-) Deduções da Receita Corrente (Exceto FUNDEB)	11.592.451,36
(-) Deduções de Receita para formação do FUNDEB	20.529.194,12
(-) Total de Exclusões	6.353.523,75
Receitas Corrente Intraorçamentária	0,00
Contribuição dos Servidores para o Sistema Próprio de Previc	6.353.523,75
Compensação entre Regimes de Previdência	0,00
(=) Receita Corrente Líquida do Município (Receita Base de Cálculo)	187.646.951,90

Cálculo do Percentual Aplicado da Despesa com Pessoal por Poder	Executivo (54%)	Legislativo (6%)	Município (60%)
Permitido pela Lei Complementar 101/2000	101.329.354,03	11.258.817,11	112.588.171,14
Total da Despesa com Pessoal	105.831.442,42	7.222.105,09	113.053.547,51
% Aplicado	56,40%	3,85%	60,25%



Exercício: 2016

ANEXO VIII

Município: 02164 - UNAÍ

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB

I - Recursos

Natureza da Receita	Valor
1724.01.00 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	21.345.710,47
1724.02.00 - Transferências de Recursos da Complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	
1325.01.02 - Receitas de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB (Art. 20, Lei no. 11.494/07)	241.833,32
Recursos não aplicados no exercício anterior (art. 21, § 2°, da lei 11.494/07)	
	Total 21.587.543,79

II - Aplicação da Educação Básica

21.224.073,59

III - Gastos Com Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício

Descrição	Percentual	Valor
Receita total do FUNDEB	100,00%	21.587.543,79
Valor legal mínimo	%00'09	12.952.526,27
Total aplicado	91,37%	19.723.562,93

Gestor(a) do Fundeb

Nome: FRANCISCA FERREIRA DA COSTA PERES

CPF: 575.336.106-44

Cargo: PROFESSOR

Endereço Comercial: RUA NATAL JUSTINO DA COSTA N.º 654 - BAIRRO CENTRO - CEP 38.610-000 - Unaí-MG.

Endereço Residencial: RUA ÁGUA MARINHA N.º 150 - BAIRRO DIVINÉIA - CEP 38.610-000 - Unaí-MG.

Telefone: (38)3677-4990 Celular: (38)9.9937-6627